

Universidade Aberta do Brasil
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação

Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil VII

Marilene Salgueiro Berto Machado



SUMÁRIO

Palavras da professora-pesquisadora.....	03
Croqui do percurso.....	04
Mapa Conceitual.....	13
Desempenho no percurso.....	14
UNIDADE I: A FORMAÇÃO DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA.....	15
O curso de pedagogia: história e desafios atuais.....	15
O estágio na formação de docentes da educação infantil.....	20
A articulação teoria-prática na formação do docente da educação infantil - O estágio supervisionado.....	23
O estágio como preparação para o trabalho do pedagogo docente na educação a distância.....	28
UNIDADE II: A PRÁXIS PEDAGÓGICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	35
O estágio como preparação para o trabalho do pedagogo docente na educação a distância.....	35
Resgate dos estágios de I a VI – pontos fundamentais.....	40
O estágio na educação infantil: observação.....	48
O estágio na educação infantil: entendendo a prática pedagógica.....	55
UNIDADE III: SISTEMATIZANDO CONHECIMENTOS: ELABORANDO O RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	61
Elaboração do relatório final do estágio mediante as produções das etapas dos estágios supervisionados.....	61
Fundamentos teórico-metodológicos para a elaboração do relatório	67
Normas gerais para a elaboração do relatório.....	74
Finalizando o relatório do estágio supervisionado.....	80

Palavras da professora-pesquisadora



Caros aprendentes,

Estamos iniciando, neste marco VIII, mais uma caminhada de grande importância na formação de vocês, pois ela representa a finalização de um ciclo que se iniciou no Marco II, com o Estágio I, e que teve diversas etapas nos marcos subsequentes.

Essas etapas foram permeadas por desafios, expectativas, curiosidades, dificuldades e superações. O componente curricular Estágio Supervisionado procura inserir o(a) futuro(a) pedagogo(a) docente no cotidiano da educação no Brasil e na realidade na qual cada um(a) de vocês se encontra inserido(a). É, por princípio, a etapa da formação que lhes permite observar e vivenciar a prática da profissão que escolheram.

No componente curricular Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil VII, resgataremos esse processo trilhado em todas as etapas do estágio durante o Curso, com o objetivo de analisar e sistematizar essas experiências na elaboração do relatório final de estágio. Na formação de docentes para a educação infantil, devemos considerar o estágio como um *locus* privilegiado de contato com as diversas realidades da educação infantil. Localizando em realidades distintas e específicas nas quais cada um(a) realizou o seu estágio, devemos ter acesso a uma realidade global da situação da educação infantil em nosso país.

O conhecimento da produção teórica sobre formação docente e a importância do estágio supervisionado nessa formação, bem como da especificidade da educação infantil, são pressupostos fundamentais para a qualidade social da formação de futuros(as) docentes. Serão pressupostos para o nosso trabalho, ainda, conhecimentos teórico-metodológicos sobre elaboração de relatório científico.

Nossa caminhada será mais profícua se vocês superarem os desafios propostos no nosso componente. A participação nas atividades postadas no Moodle, durante essa caminhada, é um requisito fundamental para o sucesso! Lembrem-se de que a interação entre os sujeitos que fazem parte desse processo é muito importante. Assim, professores, aprendentes, mediadores presenciais e a distância e os coordenadores de polos devem compartilhar e interagir sempre.

Desejo-lhes um caminho permanente de construção de conhecimentos, de muitas descobertas e de sucesso. Boa sorte e bons estudos!

Prof^a. Marilene Salgueiro

Croqui do Percurso

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA - MODALIDADE A DISTÂNCIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MAGISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL VII

Professora-pesquisadora:

Ms. Marilene Salgueiro Berto Machado

E-mail: msalgueiro6@ig.com.br

MARCO VIII

Componente Curricular:

Estágio Supervisionado em Magistério da
Educação Infantil VII

60 horas/aula

04 créditos

Ementa: O estágio é entendido na mesma perspectiva dada pelo Conselho Nacional de Educação, por meio de parecer de seus conselheiros, expresso nas orientações para o cumprimento do artigo 65 da Lei 9.394/96: "A prática de Ensino consiste, pois, em uma das oportunidades nas quais o estudante-profissional se defronta com problemas concretos do processo de ensino-aprendizagem e de dinâmica própria do espaço escolar".

Em relação ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Educação Infantil, os alunos que já forem profissionais em exercício das redes de ensino e estejam atuando em creches e/ou pré-escolas, terão suas experiências profissionais parcialmente aproveitadas. Entende-se, pois, que essa condição permite trazer a dimensão da relação teoria-prática para todos os momentos do desenvolvimento dos conhecimentos curriculares. A expressão dessa relação acontece em diferentes atividades desenvolvidas pelos aprendentes, acompanhadas pelos orientadores pedagógicos e professores responsáveis pelas áreas de conhecimento do Curso, conforme determina o artigo 65 da Lei 9.394/96.

As atividades de Estágio (planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades docentes) são trabalhadas no espaço dos Seminários Temáticos, durante todo o Curso, quando o aprendente é convidado a atuar em uma instituição de educação infantil, observar a prática pedagógica ali materializada, problematizá-la, estudá-la, analisá-la e propor alternativas, possibilitando, por meio da regência do ensino, percorrer o caminho para a efetiva garantia do processo de ensino-aprendizagem.

Objetivo geral: Propiciar ao aprendente estagiário conhecimentos que possibilitem a caracterização, a contextualização e a análise da prática do estágio na escola de educação infantil e a sistematização desses conhecimentos no relatório final de estágio.

Objetivos específicos:

- Contextualizar as práticas efetivadas em cada etapa do estágio supervisionado do curso;
- Sistematizar o conhecimento produzido ao longo do processo de realização dos estágios do curso;
- Elaborar o relatório final do estágio, com elementos norteadores para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.

Competências e habilidades a serem desenvolvidas:

- Produção, análise e síntese de textos;
- Análise crítica da realidade educacional na área da educação infantil;
- Produção científica do relatório de estágio;
- Entendimento das possibilidades do desenvolvimento do componente curricular no Moodle e no Objeto de Aprendizagem Exe entre os aprendentes, o professor e os mediadores.

ETAPAS DO PERCURSO

UNIDADE I: A FORMAÇÃO DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA

- O curso de pedagogia: história e desafios atuais
- O estágio na formação de docentes da educação infantil
- A articulação teoria-prática na formação do docente da educação infantil - O estágio supervisionado
- O estágio como preparação para o trabalho do pedagogo docente na educação a distância

UNIDADE II: A PRÁXIS PEDAGÓGICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- O trabalho como princípio educativo no estágio supervisionado no magistério em educação infantil
- Resgate dos estágios de I a VI – pontos fundamentais
- O estágio na educação infantil: observação
- O estágio na educação infantil: entendendo a prática pedagógica

UNIDADE III: SISTEMATIZANDO CONHECIMENTOS: ELABORANDO O RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- Elaboração do relatório final do estágio mediante as produções das etapas dos estágios supervisionados
- Fundamentos teórico-metodológicos para a elaboração do relatório
- Normas gerais para a elaboração do relatório
- Finalizando o relatório do estágio supervisionado

Metodologia: Este componente curricular desenvolverá estratégias que possibilitem ao aprendente articular teoria e prática, por meio de leituras, síntese, análise e sistematização das experiências vivenciadas nas etapas anteriores do estágio supervisionado.

Recursos técnico-pedagógicos: Aulas no Moodle e no Objeto de Aprendizagem Exe; tecnologias de informação e comunicação; estudo *on line* de documentos e textos relativos ao conteúdo do componente curricular.

Desafios: Os desafios propostos considerarão os conteúdos estudados em cada unidade de aprendizagem e estarão de acordo com as diretrizes propostas para o estágio.

Avaliação: Os instrumentos de avaliação dos aprendentes são diversificados, contínuos e articulados às etapas do percurso. Serão realizados desafios ao final de cada aula, prova escrita presencial final e relatório final de estágio, considerando-se as normas para avaliação de aprendizagem propostas pelo colegiado do Curso. Os aprendentes serão avaliados pela participação nos desafios postados no Moodle. Os aprendentes serão acompanhados pelo professor e pelos mediadores a distância e receberão deles o resultado das avaliações de tal acompanhamento.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (org.). **Formação reflexiva de professores** – estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora, 1996.

ALARCÃO, Isabel e TAVARES, José. **Supervisão da Prática Pedagógica**. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem. Coimbra: Almedina, 1987.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Referências**: elaboração. NBR-6023. São Paulo, 2002.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE. **VIII Encontro Nacional, 1996**. Documento Final Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://lite.fae.unicamp.br/anfope>>. Acesso em: 09/09/2009.

ALBUQUERQUE, Eduardo. **A foice e o robô**: as inovações tecnológicas e a luta operária. São Paulo: Artes Gráficas, 1990.

ANDRADE, Arnon Alberto Mascarenhas de. **O estágio supervisionado e a prática docente**. In: Arnon de Andrade - Site Pessoal. Disponível em <<http://www.educ.ufrn.br/arnon>>. Acesso em: 30/03/2009.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, R.J: Vozes, 1998.

BAGNO, Marcos. **A inevitável travessia**: da prescrição gramatical à educação. In: Magno, B.; Stubbs, M.; Gagné, G. Língua materna, letramento, variação&ensino. Parábora Editorial, São Paulo, 2002.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. Trad.: Marco Estevão e Renato Aguiar, 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BIANCHETTI, Lucídio e JANTSCH, Paulo. **Interdisciplinaridade e práxis pedagógicas**: possibilidades, limites, tendências e alguns elementos. In: Ensino em Revista, v. 10, p. 7-25, jun01/jul02. Santa Catarina, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://www.uab.mec.gov.br/infogerais.php>>. Acesso em: 22/01/2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEF, 2006. v. 1 e 2.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEF, 2001. v. 1.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996.

CAMPOS, Roselane. **A reforma da formação inicial dos professores da educação básica nos anos de 1990**: desvelando as tessituras da proposta governamental. 2002. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de Educação Infantil**: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Questões da Nossa Época, v. 98).

_____. **A construção da identidade das profissionais de Educação Infantil**: entre o feminino e o profissional. São Paulo, Universidade de São Paulo/USP. 1996. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, 1996.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DELUIZ, Neise. **A globalização econômica e os desafios à formação profissional**. In: Boletim Técnico do Senac, v. 22, nº. 2, mai/ago, 1996.

DIDONET, Vital. **Não há educação sem cuidado**. In: Revista Pátio de Educação Infantil. Abr/jul. Porto Alegre, 2003, p. 6–9.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FURLAN, Cacilda Mendes Andrade. **História do Curso de Pedagogia no Brasil**: 1939-2005. UEL. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/164_885.pdf>. Acesso em: 05/08/2010.

HAMZE, Amélia. **As TICs e a prática pedagógica**. Disponível em: <<http://www.educador.br/brasilcola.com/trabalho-docente/as-tics-na-pratica-pedagogica.htm>>. Acesso em: 10/04/2009.

KISHIMOTO, Tizuco Mochida. **Política de formação profissional para a educação infantil**: Pedagogia e Normal Superior. *In*: Educação & Sociedade, dez./1999. vol. 20, nº. 68, p. 61-79.

_____. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Conhecimentos e competências no trabalho e na escola**. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/282/boltec282a.htm>>. Acesso em: 18/06/2010.

_____. **Competência como Práxis**: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. *In*: Boletim técnico do Senac. Rio de Janeiro: v. 30, p. 81-93, 2004. Parecer CNE/CP 28/2001, Brasil 2001.

_____. **A Formação de Educadores no Contexto das Mudanças no Mundo do Trabalho**: Novos Desafios para as Faculdades de Educação. *In*: Educação & Sociedade. Curitiba: v. 63, p. 105-111, 1998.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2ª. ed. 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Terezinha Bazé de. **Formação de educador infantil em ambiente não formal**. Disponível em: <<http://unigran.br/interletras>>. Acesso em: 22/05/2010.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2005.

LUZ, Iza Rodrigues da. **Educação infantil**: direito reconhecido ou esquecido? Linhas críticas. UNB, vol 12, nº.22, p. 41-58, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/linhascriticas/n22/Educacao_infantil.htm>. Acesso em: 11/05/2010.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação básica, empregabilidade e competência**. *In*: Revista Trabalho e Educação. Belo Horizonte, nº. 3, jan/jul 1998.

MANÇE, Euclides André. **Subjetividade, imaginários e utopias**. Curitiba: Mimeo, 1994.

MAÇADA, Debora Laurino. **Aprendizagem cooperativa em ambientes telemáticos**. Disponível em <<http://www.url.edu.gt/sitios/tice/docs/trabalhos/274.pdf>>. Acesso em: 22/05/2010.

MORAES, Roque. **Produção numa sala de aula com pesquisa**: superando limites e construindo possibilidades. *In*: Educação, Porto Alegre, v. 23, nº. 40, p. 9-38, 2000.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. Trad.: Nurimar Maria Falci. **A inteligência da complexidade**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a uma educação do futuro**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

_____. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Edição revista e modificada pelo autor. Trad. do fr. por Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Doria.

NEVES, Carmem Moreira Castro. **Critérios de qualidade para a educação a distância**. *In*: Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, v. 26, nº. 141, p. 13-17, abr/mai/jun. 1998.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Trion, 2001.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, João. **A universidade e a formação de educadores de infância**: potencialidades e dilemas. *In*: MACHADO, Maria Lúciê. (Org.). Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002a, p. 169-187.

_____. **O desenvolvimento profissional das educadoras de infância**: entre os saberes e os afetos, entre a sala e o mundo. *In*: KISHIMOTO, T. M. (Org.). Formação em Contexto: uma estratégia de integração. São Paulo: Pioneira, 2002b.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**: perspectivas sociológicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores.** Unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 21-80.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2008.

REGNIER, Erna Martha. **Desafios da educação para o terceiro milênio:** breves considerações. *In:* Boletim Técnico do Senac. v. 19, nº. 1. Janeiro/abril. 1993. p. 3-15.

RELA, Eliana *et al.* **Supervisão e construção da avaliação em situações de estágio em Cursos de Licenciatura na Modalidade a Distância.** *In:* Teoria & Prática. Porto Alegre, v. 9, nº. 2, jun./dez. 2006.

RIBELA, Reinaldo. **Estrutura e apresentação de relatório de aula prática ou visita técnica.** Disponível em: < <http://www.reinaldoribela.pro.br/utilitarios/relatorios.doc>>. Acesso em: 22/05/2010.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil:** trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma Pedagogia. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** 24ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **O sentido da Pedagogia e o papel do pedagogo.** *In:* Revista da ANDE. São Paulo: Cortez, nº. 9, p. 27-28, 1985.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad.: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000, 256 p.

_____. **Formar professores como profissionais reflexivos.** In: Nóvoa Antonio (Coord.). Os Professores e a sua Formação. 7ª ed. Lisboa: Dom Quixote e IIE, 1997.

SILVA, Carmem Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil:** história e identidade. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo).

SILVA, Márcio Antonio da. **A atual Legislação Educacional Brasileira para formação de professores:** origens, influências e implicações nos cursos de Licenciatura em Matemática. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2004.

TARDIFF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TEVES, Nilda Ferreira. **O homem e as redes de informações:** novas subjetividades. Educação, Subjetividade & Poder. In: Revista do Núcleo de Estudos sobre Subjetividade, Poder e Educação do Programa de Pós-graduação da UFRGS. Porto Alegre: Unijui, 1995.

TOFFLER, Alvin. **A empresa flexível.** Record: Rio de Janeiro, 1985.

_____. **A terceira onda.** São Paulo: Record, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de Didática.** 2ª. ed. Campinas: Papyrus, 1992.

LISTA DE SITES INDICADOS

<http://www.mec.gov.br>

<http://lite.fae.unicamp.br/anfope>

<http://portal.virtual.ufpb.br/wordpress/cursos/licenciatura-pedagogia/>

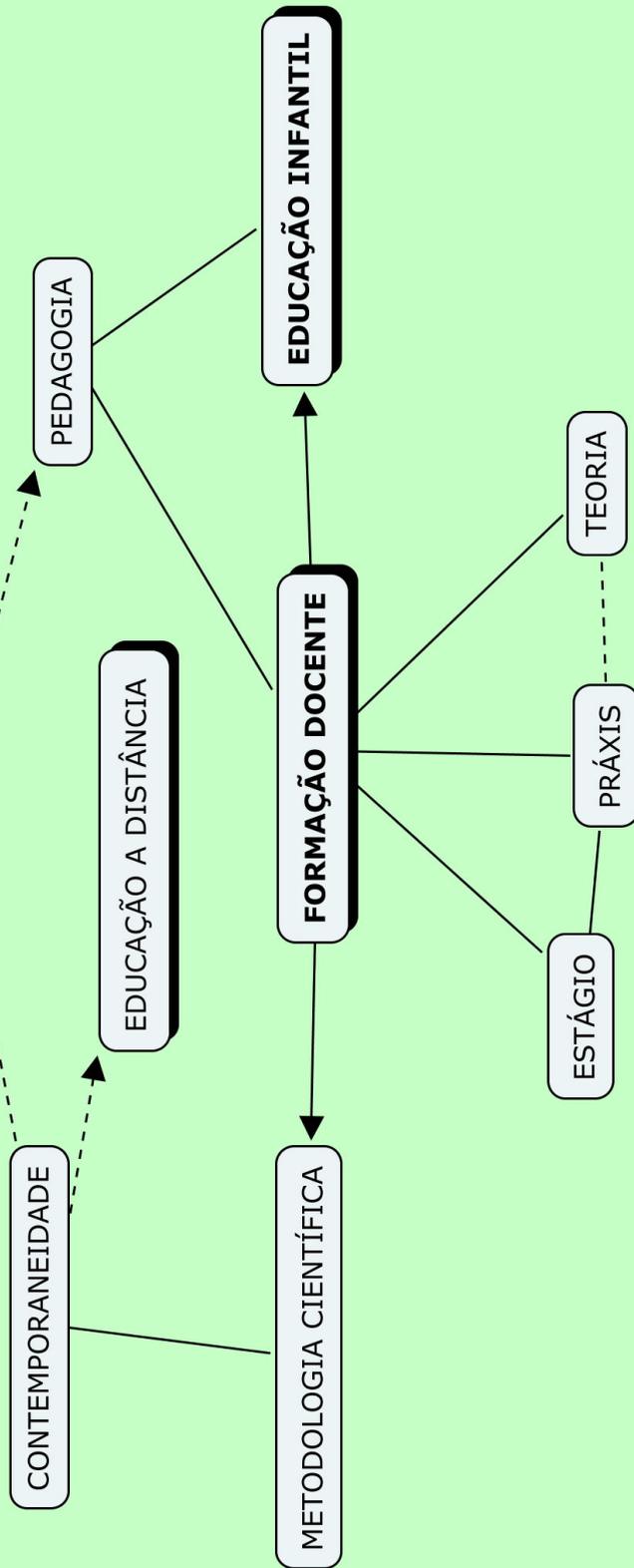
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

<http://www.oit.org>

<http://www.unitrabalho.org.br>

<http://www.globalization.sites.uol.com.br/>

PERCURSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL VII



DESIGNER: JOANA EMÍLIA COSTA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA - MODALIDADE A DISTÂNCIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MAGISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL VII
PROFESSORA-PESQUISADORA:
 Marilene Salgueiro Berto Machado

DESEMPENHO NO PERCURSO

Aulas	Desafios	Pontuação	Desempenho obtido	Prazo de finalização
UNIDADE I				
Aula 1	Fórum e produção de texto	2,5		2ª semana
Aula 2	Fórum	2,5		3ª semana
Aula 3	Pesquisa e produção textual	2,5		4ª semana
Aula 4	Consulta a glossário	2,5		5ª semana
Total de pontos na Unidade I		10,0		
UNIDADE II				
Aula 5	Fórum	2,5		6ª semana
Aula 6	Produção textual	2,5		7ª semana
Aula 7	Fórum	2,5		8ª semana
Aula 8	Produção textual	2,5		10ª semana
Total de pontos na Unidade II		10,0		
UNIDADE III				
Aula 9	Filme e produção textual	1,0		11ª semana
Aula 10	Produção textual	1,5		12ª semana
Aula 11	Revisão do relatório	1,5		13ª semana
Aula 12	Finalização o relatório	6,0		14ª semana
Total de pontos na Unidade III		10,0		
Avaliação presencial (prova escrita)		10,0		Final do Percurso
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS NO PERCURSO				

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3
		Aula 4



UNIDADE I

A FORMAÇÃO DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA

AULA 1: O CURSO DE PEDAGOGIA: HISTÓRIA E DESAFIOS ATUAIS



Imagem 1

A história do Curso de Pedagogia desenvolve-se na história da educação brasileira, desde a sua criação, em 1939, constituindo-se em um Curso de formação de educadores para atuar nas áreas que foram sendo definidas em determinados períodos históricos.

Vamos entender a formação e o exercício profissional do pedagogo a partir de uma análise do Curso de Pedagogia inserido no contexto das políticas educacionais, imbricadas no contexto político da sociedade atual e na lógica da globalização.

Nesse sentido, tomamos como base quatro períodos do Século XX: a década de 30, com a criação do curso; a década de 60, quando foram instituídas as habilitações, parcelarizando o saber pedagógico; a década de 80, com as discussões pela reformulação dos cursos de formação de educadores, a partir da sua congregação no Comitê Pró-formação do Educador, que originou a ANFOPE, e, mais recentemente, a LDB 9394/96, em cujo Título VI, artigo 64, trata do Curso de Pedagogia, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia de 2006, que assume a docência na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental como pressuposto da formação do pedagogo.

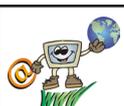
O Curso de Pedagogia assume, nesse período diversos formatos, que foram desde o modelo de bacharel até a formação de especialistas da educação e a formação do docente. O curso se constrói, historicamente, nos seguintes

Imagem 1: <<http://www.blogbrasil.com>>.



moldes:

- 1939 - Criação (esquema 3+1), por meio do qual era feita a formação de bacharéis nas diversas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Naturais, nas Letras, nas Artes, em Matemática, Física e Química;
- 1962 - Parecer 251/62, lavrado por Valnir Chagas (formação do Magistério e do bacharel em quatro anos), ou seja, mantém-se o esquema 3 mais 1;
- Parecer 252/69 CFE (Habilitações mais as disciplinas pedagógicas para o Ensino Normal). Propunha formar técnicos em educação nas habilitações em orientação educacional; supervisão, inspeção e administração, com a duração de quatro anos; permitia o registro para o exercício do Magistério nos cursos normais, posteriormente denominados Magistério de 2º grau; e mantinha a unidade entre bacharelado e licenciatura.
- Década de 70 - Propostas de extinção do curso;
- Década de 80 - Movimentos em prol da reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação; comitês pró-formação dos educadores (1983); criação da ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; surgimento das propostas para a adoção da docência como base da formação do pedagogo.



Para saber mais consulte: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE. VIII Encontro Nacional, 1996. Documento Final Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope>>.

No início do Século XX alguns movimentos provocavam mudanças na educação, especialmente o “entusiasmo pela educação” e o movimento dos Pioneiros da Escola Nova, que lutavam pela educação e pela implantação de universidades no Brasil. O movimento escolanovista rompeu com o período anterior, impulsionando assim a profissionalização dos professores. Nesse contexto, com a criação da Faculdade de Filosofia e Letras, que vai ser um dos pilares da Universidade brasileira, é criado o Curso de Pedagogia. Como todos os cursos das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, seu primeiro objetivo era formar professores para o ensino secundário, como bem esclarece Brzezinski (1996). A partir dessa proposição inicial, no caso da Pedagogia, muitas perguntas foram sendo colocadas nesses quase 70 anos de sua existência. (FURLAN, 2009).



Assim, o Curso de Pedagogia, no Século XX, a partir da década de 80, passa por várias modificações resultantes de propostas consubstanciadas no seio do movimento dos profissionais engajados em discussões em diversos *locus*, entre eles, a ANFOPE.

É importante destacar que considerar a formação dos profissionais da educação passa por “pensar uma política global de valorização dos professores a partir de uma formação inicial, formação continuada, garantia de condições de trabalho, salário e carreira”. A ANFOPE tem apontado tendências, dentre as quais se destaca que: “Todo profissional da educação deve ter a docência como base de sua identidade profissional”, e a “Adoção da base comum nacional”, entendida como “eixos norteadores de uma política de diretrizes curriculares” (ANFOPE, 1996).

No contexto atual do Curso de Pedagogia, podemos destacar dois marcos importantes: em primeiro lugar, a LDB 9394/96, que determina, em seu art. 64, que o Curso de Pedagogia deve formar o especialista

para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 2006).

Em segundo lugar, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Curso de Pedagogia, de 2006, que instituem, em seu Art. 2º:

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006).

Nessa perspectiva, é necessário pensar a formação do pedagogo retornando à questão central sobre o tipo de profissional que se pretende formar e que deve permear todas as nossas incursões nesta problemática: para repensar que tipo de formação se impõe para docentes na sociedade global, é necessário ter em vista a (re)construção de uma prática a partir da



compreensão e da intervenção que contribuam para estabelecer novas formas sociais que propiciem o desenvolvimento da qualidade social da educação. É fundamental compreender o processo de construção do conhecimento, a ciência como produto histórico-cultural, os usos da tecnologia, com suas implicações econômicas, políticas e sociais e seus efeitos sobre o trabalho do pedagogo. Enfim, entender a Pedagogia como um campo de saber e como *práxis* social.



Para saber mais sobre a história do curso de pedagogia, leia: BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. Campinas: Papyrus, 1996, e LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.

O pedagogo, segundo as DCNs de Pedagogia, deve ser um profissional competente, crítico, criativo e ético. A perspectiva profissional se expressa pelo domínio de sólida fundamentação teórico-prática, construída a partir da busca permanente do conhecimento, reforçando-se a responsabilidade entre aprendentes e professores, no desenvolvimento de uma *práxis* educativa motivada pelo compromisso social e político com a formação do profissional socialmente engajado no seu tempo. Conhecer a realidade educacional brasileira e a local, compreender as bases teórico-metodológicas do trabalho docente, articular conhecimentos adquiridos no curso e os recursos das TICs são condições para se consolidar o profissional pedagogo necessário à educação atual.

A fragmentação da ciência, base do velho princípio educativo taylorista/fordista, duramente questionada, vai se confrontando com as circunstâncias do mundo contemporâneo que determinam áreas do conhecimento cada vez mais transdisciplinares – a bioética, a ecologia, a biotecnologia, a microeletrônica e assim por diante. Os conteúdos escolares, até então relativamente estáveis, vão sendo questionados em termos de sua adequação às demandas de compreensão e intervenção em uma realidade dinâmica; começam as discussões acerca de quais são os conteúdos básicos dos vários campos do conhecimento que fundamentam os novos processos sociais e produtivos, e cuja apropriação permitirá ao cidadão/trabalhador acompanhar as transformações sociais. A memória, habilidade cognitiva básica nos antigos processos de aprender, é posta no seu devido lugar, sendo substituída pela capacidade de localizar e mesmo produzir informações e saber trabalhar com elas; em decorrência, os métodos tradicionais tornam-se anacrônicos, exigindo

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3
		Aula 4

processos de aprender que articulem o mundo da escola ao mundo do trabalho, a teoria à prática, a reflexão à ação, e não apenas como repetição de formas de fazer, mas como formas de produzir concepções transformadoras da realidade, no sentido que dava Krupskaja à politecnicidade - "enquanto domínio intelectual da técnica. (KUENZER, 2004, p. 4).

O pedagogo deve ter claro que é na prática cotidiana que se vislumbram as contradições entre o discurso e as próprias práticas, e a(s) concepção(ões) de educação e de homem vão sendo materializadas nos espaços dos cursos de formação, de acordo com o contexto em que são elaboradas e vivenciadas.



DESAFIOS

1. Após o estudo desta aula, destaque os marcos principais da história do Curso de Pedagogia no Brasil. Elabore um texto com, no máximo, dois parágrafos e poste-o no Moodle.
2. Faça uma análise do papel do pedagogo no contexto atual e registre suas conclusões no Moodle em, no máximo, dois parágrafos.
3. Participe de um fórum no Moodle sobre a importância do pedagogo na sociedade atual.



AULA 2: O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Estágio Supervisionado é uma etapa fundamental no processo de formação acadêmica dos profissionais da educação, ocupando posição estratégica nessa formação, compreendida como uma totalidade. Como uma atividade que integra o processo ensino-aprendizagem, o estágio é o momento do curso que se configura a partir da inserção dos aprendentes em situações reais de trabalho no cotidiano das instituições de educação. Como um espaço privilegiado, em que se efetiva a relação teoria/prática, nos cursos de formação de professor, o estágio deve propiciar também a construção da interdisciplinaridade.

A concepção de estágio deve ser pautada na concepção do curso. Não se pode desvincular o perfil do profissional que se propõe a formar do estágio que se vai propiciar nessa formação. Uma proposta de estágio, na perspectiva da formação do professor crítico-reflexivo, deve considerar alguns princípios básicos:

- A unidade teoria e prática;
- A pesquisa como base da formação profissional.

Conforme o Parecer CNE/CP 28/2001,

“O estágio curricular supervisionado pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigíveis dos formandos, especialmente quanto à regência. Mas é também um momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar. É o caso, por exemplo, da elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização das turmas e do tempo e espaço escolares.” (BRASIL, 2001, p. 12).

Podemos afirmar que, ao propiciar ao aprendente estagiário o conhecimento da prática pedagógica desenvolvida no campo de estágio, a partir da caracterização, contextualização e análise dessa prática, na escola



e na sociedade, e da vivência de experiências pedagógicas na docência da Educação Infantil, o estágio compromete-se com a formação docente de forma integrada e articulada. De acordo com Pimenta (2008), o estágio tem-se resumido, ao longo da história, em práticas de observação e mera cópia de modelos existentes. Quando se aproximam da realidade, os aprendentes tendem a reproduzir o que observam e perdem a perspectiva de criar e produzir novas e significativas práticas.



Aprofunde seus conhecimentos lendo mais sobre o assunto: PIMENTA, Selma Garrido.; LIMA, Maria do Socorro. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2008, e PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na formação de professores. Unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2005.

A noção de estágio, que propicia a pesquisa, a produção e a ressignificação de práticas pedagógicas, no Curso de Pedagogia, em que se forma o docente da educação infantil, precisa considerar os conhecimentos produzidos sobre esse nível de ensino. É importante destacar a reflexão aprofundada que deve ser feita sobre os princípios e os referenciais teórico-metodológicos dessa etapa da educação, no bojo do processo de educação, que se inicia nessa etapa e prolonga-se ao longo da vida. "É preciso ensinar os métodos que permitam estabelecer as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo" (MORIN, 2000, p. 14).

Assim, cada etapa do estágio deve propiciar essa busca do aprendente nos demais componentes curriculares.

Nos cursos de formação docente, os estágios supervisionados devem ser concebidos, organizados e desenvolvidos com base na legislação vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, o parecer CNE/CP 28/2001 e o Projeto Político-pedagógico do Curso de Pedagogia na modalidade a distância do CE/UFPB.



Mantenha-se ligado nessa legislação acessando os seguintes sites: <<http://www.mec.gov.br>> e <<http://portal.virtual.ufpb.br/wordpress/cursos/licenciatura-pedagogia/>>.

Espera-se, portanto, do estagiário de um curso de formação do docente em educação infantil a compreensão da *práxis* pedagógica, que deve ser realizada nas instituições de educação infantil. O estágio deve propiciar aos



aprendentes a possibilidade de desenvolver habilidades relativas ao seu futuro profissional, como:

- Dinamismo;
- Capacidade de planejar, executar e avaliar ações educativas na educação infantil;
- Facilidade no relacionamento;
- Bom desempenho metodológico;
- Postura ética;
- Assiduidade;
- Pontualidade;
- Conhecimento da gestão educacional;
- Cultura geral;
- Postura profissional.



Imagem 2



DESAFIO

Participe do fórum intitulado "O Estágio na Formação Docente" e dialogue a esse respeito.

Imagem 2: <http://barbarapedagoga.blogspot.com/2009_12_01_archive.html>.



AULA 3: A ARTICULAÇÃO TEORIA-PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL – O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No contexto da sociedade contemporânea, novas perspectivas desafiam a educação, no que se refere à discussão ou rediscussão sobre a formação profissional do docente da educação infantil. As mudanças ocorridas, principalmente, com a introdução das novas tecnologias, com o uso de equipamentos e máquinas cada vez mais modernos demandam um docente mais qualificado, mais habilitado para vencer os desafios, que assuma, cada vez mais, o trabalho em equipe, com maior dinamicidade, criatividade e liderança nas ações pedagógicas.

Com o objetivo de discutir a articulação teoria-prática na formação do docente da educação infantil, é importante entender que o direito à educação para as crianças está assegurado na legislação brasileira, em diversos instrumentos legais. Na Constituição Federal de 1988, o artigo 208 refere, no inciso IV, que o atendimento em creches e pré-escolas deve ser direcionado às crianças de zero a seis anos de idade; o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – dispõe, em seu artigo 54, inciso IV, sobre o dever do Estado no atendimento e na garantia da educação para as crianças também dessa faixa etária (zero a seis anos). Esse atendimento deve ser feito nessas instituições de educação infantil, que devem ser estruturadas para garantir a qualidade do atendimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, no artigo 30, determina que a Educação Infantil deve ser ofertada em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade. Para assegurar esse atendimento, precisamos garantir a presença nessas instituições de educação de profissionais habilitados com qualidade e formação teórico-metodológica adequada.

	<p>Vamos lembrar o ECA? Acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Você também pode lembrar o ECA no Componente Curricular do marco II – Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil I. Pesquise nos outros componentes curriculares em quais esse conteúdo foi estudado. Sobre a LDB 9394/96, acesse: <http://www.mec.gov.br>.</p>
---	---

Pensar em política de formação profissional para a educação infantil requer antes de tudo questionar concepções sobre criança e educação infantil. O imaginário popular e até dos meios oficiais pouco afeitos às reflexões sobre a criança e a educação infantil referendam, ainda,

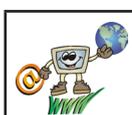


a perspectiva romântica do Século passado, de que para atuar com crianças de 0 a 6 anos basta ser “mocinha, bonita, alegre e que goste de crianças”, e a ideia de que não há necessidade de muitas especificações para instalar escolas infantis para os pequenos. Essa parece ser também a forma de pensar que reina entre membros do atual Conselho Nacional de Educação, refletida nas propostas oficiais que se distanciam de uma formação profissional qualificada. (KISHIMOTO, 2000, p. 7)

A formação do docente para a educação infantil precisa considerar o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e na Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de licenciatura e de graduação plena, conforme já abordado em componentes curriculares anteriores.

É necessário destacar que essa visão supera a visão assistencialista presente nos primórdios da educação infantil para uma visão educativa, mas que deve pautar-se no binômio cuidar/educar. A percepção da criança, como sujeito de direitos, objetiva que os docentes devem entendê-la na sua totalidade, como sujeito integral, dotado de aspectos físicos, emocionais e socioculturais.

Atualmente, é preciso considerar, ainda, outras perspectivas que foram sendo incorporadas na educação: a ampliação do ensino fundamental, abarcando crianças de seis anos; passagem do ensino fundamental para nove anos, conforme Decreto Lei nº 11.274, de 06/02/2006. Nesse contexto, será necessário rever e aprofundar as concepções de criança, as concepções de ensino-aprendizagem, dentre outros aspectos, conforme documento do MEC, intitulado **<Ensino Fundamental de nove anos: orientações gerais>** (BRASIL, SEB/MEC, 2004).



Acesse o documento em: <<http://www.mec.gov.br>>.

Os cursos de formação inicial e continuada de Professores para a Educação Infantil têm, pois, o compromisso de reduzir a distância entre a ciência, cada vez mais complexa, e a cultura de base produzida do cotidiano, e a promovida pela escolarização. Junto a isso tem também o compromisso de ajudar as crianças a tornarem-se sujeitos



pensantes, capazes de construir elementos, categorias de compreensão e apropriação crítica da realidade. (LIMA, 2010, p. 5)

Edgar Morin defende que o sujeito eticamente responsável deve ser reconstruído por meio da comunicação, da socialização, da religação e da solidariedade, numa busca pela totalidade, em contraposição ao fragmentado, compartimentado, reducionista e linear, posto pela ciência cartesiana do Século XIX. Portanto, educar as crianças nos remete a essa reconstrução, a uma educação que propicie as bases para sua formação. Para isso, porém, é necessário que a formação do educador também se preocupe com essa construção. Proponho aqui a busca por uma Pedagogia da complexidade, de acordo com Morin a define:

É a viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real. E de saber que as determinações – cerebral, cultural, social e histórica (...) é o que designo por pensamento complexo. (MORIN, 2000, p. 14)

	Para saber sobre inteligências comunicativas e pensamento complexo, você pode retomar o componente curricular Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil III, no Trilhas do Aprendiz, volume 4, e reler a respeito dessa temática.
---	---



Imagem 3

Imagem 3: <<http://www.soprando.net>>.



Leiam o texto: ZANONI, Daniela Matias. Um olhar para a pedagogia da Educação Infantil: as contribuições teóricas para a educação de crianças. Disponível em: <<http://www.faat.com.br/doc>>.

Após conhecer os documentos legais que determinam os rumos da educação infantil e da formação de docentes para a educação infantil, entender que o estágio é o componente articulador da teoria e da prática e uma garantia dessa articulação nos cursos de formação de docentes nos leva à consciência de sua fundamental importância. Entender a relação teoria/prática, numa perspectiva de rede em que a teoria alimenta a prática e vice-versa, possibilita o ir e vir, numa teia de saberes que solidificam o saber do profissional no cotidiano escolar. Conceber que o estágio é um preparo para o exercício profissional e, portanto, um ensaio para a inserção no mundo do trabalho significa estar atento às configurações desse mundo do trabalho, atual, dinâmico e reconfigurado. O homem e a mulher contemporâneos são ligados às características da contemporaneidade: da comunicação, da informatização, do conhecimento. O aprender a aprender deve ser o pilar da atuação do docente. O estágio, concebido como pesquisa, torna-se princípio formativo e epistemológico, eixo da organização e desenvolvimento do currículo.

Retomando a questão central sobre o tipo de profissional que se pretende formar e que deve permear todas as nossas incursões nessa problemática, é necessário repensar que tipo de educação se impõe aos trabalhadores, cada vez mais excluídos da sociedade global. Na cristalização de saberes que possibilitam a relação teoria/prática na formação docente, devemos, por fim, considerar o desenvolvimento de alguns princípios:

- Trabalho em grupo: interdisciplinaridade e multidisciplinaridade;
- Ética e criatividade;
- Conhecimento acadêmico-profissional;
- Conhecimento de informática e cultura: geral e local;
- Resgate do humanismo;
- Consciência da importância da educação continuada;
- Consciência do profissional cidadão engajado e produtivo.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III	
Aula 1	Aula 2	Aula 3	Aula 4



DESAFIOS

1. Pesquise na internet sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e discuta o artigo que considerar mais importante para o docente da educação infantil. Elabore sua resposta em, no máximo, dois parágrafos e poste-a no Moodle.

2. Escreva um texto de, no máximo, dois parágrafos sobre o seu ponto de vista acerca da relação teoria/prática na formação do docente da educação infantil e poste-o no Moodle.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 1	Aula 2	Aula 3
		Aula 4

AULA 4: O ESTÁGIO COMO PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DO PEDAGOGO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Imagem 4

Diante das exigências impostas pelo novo cenário do mundo do trabalho, pensar em formação profissional deve ir além de treinamento, adestramento técnico, visando atender aos desafios do novo perfil de trabalhador, para o qual se exige, agora, a habilidade das “competências”, e pela competitividade cada vez mais exacerbada. O discurso atual propaga a necessidade de se ater muito mais ao “saber-ser”, “saber-aprender” que ao “saber-fazer”. Assim, a reestruturação produtiva, que tem na introdução de novas tecnologias uma de suas principais mudanças, provoca a necessidade de permanentes buscas de atualização e qualificação, a fim de capacitar o trabalhador a dominá-las e utilizá-las no trabalho.

Gostaria de tecer alguns comentários sobre os pontos levantados: novas características vêm sendo postas em relação à organização das sociedades, principalmente ao mundo do trabalho, o que resulta em um repensar da educação e do fazer dos educadores, características essas baseadas nos pressupostos do neoliberalismo.

Categorias como desenvolvimento, modernidade ou pós-globalização e novos padrões tecnológicos determinam, no mundo do trabalho, a exigência de um novo perfil de “recursos” humanos que atendam às exigências de

Imagem 4: <<http://www.redegestao.com.br>>.



competitividade. À medida que surgem parâmetros como flexibilidade, qualidade e produtividade, novas capacidades são exigidas dos trabalhadores.



Para entender mais sobre o processo de globalização e seus efeitos sobre a sociedade e o papel da educação, assista ao filme **Camisetas viajando**. O filme está disponível em seu PMAP.

Quanto a esses aspectos, destaca-se que "(...) a relação entre a escola e o mundo do trabalho traz, impingida, a função de preparar o sujeito para esse mundo" (BIANCHETTI, 2002/2003, p. 58)

Procuramos nortear as nossas reflexões a partir de dois eixos: Que tipo de profissional o Curso de Pedagogia tem formado e para atender a que necessidades? De quem? E que tipo de profissional se deve formar, tendo em vista atender às necessidades do público com o qual se vai trabalhar, principalmente os trabalhadores? Diante disso, persiste o desafio: Como formar o(a) pedagogo(a)?

A compreensão da função do pedagogo, no contexto da educação brasileira hoje, já ultrapassa os limites do mito da prática neutra. Entender essa função significa contextualizá-la na sociedade em que se desenvolve, relacionando-a à multiplicidade de fatores que aí interagem e que dão a forma da realidade brasileira.

Nesse sentido, questões como "Que tipo de profissional se deve formar? Atendendo a que expectativas? Baseado em que concepções de homem e sociedade?" devem nortear as nossas preocupações, no âmbito da formação do educador. Sobre isso, Toffler (1985, p.11) ressalta:

As mudanças ocorridas nas sociedades que vivenciam a revolução tecnológica requerem a formação de um novo homem que se situe na nova civilização com características determinadas pela modernidade tecnológica e definida como sociedade do conhecimento."

Retomando a questão central sobre o tipo de profissional que se pretende formar e que deve permear todas as nossas incursões nessa problemática, é necessário estabelecer práticas que considerem novas formas sociais para romper com esse processo de desumanização cada vez mais crescente em nossa sociedade.



Portanto, no repensar dos rumos da educação brasileira, dos nossos cursos de Pedagogia, frente às proposições dos educadores e da legislação vigente, devemos ter cuidado para não repetir os erros do passado e responder, prontamente, às necessidades impostas pelo contexto neoliberal vigente, sobretudo pelo mercado de trabalho. É preciso entender esse repensar como um desafio que ainda persiste. O estágio supervisionado, em qualquer curso de formação profissional e, no nosso caso, no curso de formação do docente da educação infantil, precisa preparar o aprendente para se inserir no mundo do trabalho. A inserção na realidade do profissional, no cotidiano da instituição de Educação Infantil, na profissionalização do docente, é objetivo do estágio supervisionado.

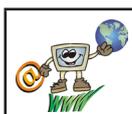
É importante ressaltar que noções como competência e habilidades não são novas nem foram inventadas na contemporaneidade, como alguns discursos fazem crer. Na verdade, elas são ou já foram utilizadas historicamente, como na economia da educação, na teoria do “capital humano”. Também os enfoques dados a essas noções podem ter diversas significações, dependendo do autor de cada discurso.



Para saber mais sobre esse assunto, visite: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html>> ou leia: SCHULTZ, T. O capital humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Pressupõe-se que essa experiência poderá garantir os tais saberes tácitos, como expressa Machado (1998, p. 29):

A preocupação com o emprego constitui, hoje, uma questão de grande relevância social e é compreensível que as escolas estejam atentas a esse problema cada vez mais grave. Nesse sentido, é próprio do trabalhador, no afã de se autovalorizar no mercado, que é levado a se ver e a se propor a ser um valor de troca vantajoso. A luta contra o desemprego, na sociedade do capital, é também uma reivindicação de integração do trabalho ao capital. (...) A estratégia da integração se impõe como necessidade de sobrevivência e, nesse nível de relação, o trabalho tem apenas o significado de meio de se ganhar a vida.



O trabalho é parte fundamental da vida humana e ocupa grande parte das nossas preocupações. Formar para o trabalho tem sido uma preocupação constante nas políticas educacionais brasileiras, e essa formação também acontece nos cursos superiores. Para saber mais, acesse os sites: <<http://www.oit.org>> e <<http://www.unitrabalho.org.br>>.



Quando o trabalho adquire, unicamente, o significado de meio de sobrevivência, o trabalhador assume posição de risco e convive, no dia a dia, com os medos que a situação atual do trabalho lhe impõe, dentre eles, o principal é o do desemprego. Socialmente, a carga de negatividade dessa situação é enorme, uma vez que todos convivem com o ônus do desemprego.

Com a implantação e a cobrança do desenvolvimento de novas habilidades ligadas ao modelo da "competência", discute-se fortemente a respeito do trabalhador, já que esse modelo não leva a desenvolver apenas as habilidades, mas, também as capacidades, que impulsionam, cada vez mais, o avanço do capitalismo. Assim, do ponto de vista desse trabalhador, essas habilidades não são suficientes para garantir atuação e desenvolvimento mais humano e democrático

Para Deluiz (1996, p. 3),

... se essas competências são necessárias ao sistema produtivo, não são suficientes quando se tem como perspectiva a expansão das potencialidades humanas e o processo de emancipação individual e coletivo. No processo de construção destas competências, é preciso, pois, propiciar uma formação que permita aos trabalhadores agir como cidadãos produtores de bens e de serviços e como atores na sociedade civil, atendendo a critérios de equidade e democratização sociais.

Vale ressaltar que o modelo das competências – ligado à noção de empregabilidade, amplamente utilizada por empresários – define a participação individual e solitária do trabalhador no mundo do trabalho. Portanto, cabe a ele garantir o seu próprio aprendizado e emprego por meio dessas noções. No meio educacional, o modelo das competências foi bastante difundido, principalmente em fins da década de 90 do Século XX, e ainda persiste na atualidade, com a Pedagogia das competências guardando em si todos os princípios do modelo das competências do mundo produtivo. A busca por qualificação, para garantir a empregabilidade, é retratada no mundo da educação por meio de propostas para além da formação inicial e da formação continuada dos profissionais da educação. Apesar de essa ser uma luta histórica dos profissionais, ela é imposta como uma responsabilidade dos próprios profissionais e não vem acompanhada de políticas sérias que a possibilitem. Deluiz (2001, p. 2) entende que



a competência é, portanto, um atributo subjetivo. Isto exige que se desloque o foco dos processos educativos dos conteúdos disciplinares para o sujeito que aprende, gerando a possibilidade de efetiva e contínua transferência das aquisições cognitivas. (...) o que implica recorrer a todo tipo de aquisições cognitivas, desde os saberes e conhecimentos formalizados aos saberes e conhecimentos tácitos.

Por empregabilidade, entende-se a capacidade de se obter emprego e manter-se nele por requisitos individuais, apesar de o mundo do trabalho encontrar-se em constante mutação. As políticas públicas de formação do trabalhador não podem ser dissociadas de políticas socioeconômicas de desenvolvimento de um país. É necessário também se procurar entender a globalização articulada em dado contexto sociopolítico e econômico dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, a qual serve para implementar os níveis de pobreza e de dependência.

A noção de competência discutida dissemina a possibilidade de os trabalhadores se acomodarem e ficarem apáticos em relação às situações dadas. O discurso por meio do qual se exige profissional criativo, dinâmico e líder omite ao trabalhador que, se ele não se enquadrar nessas exigências, será excluído desse mundo do trabalho. Omite que essas características o tornam muito mais sujeito à exploração e a condições de trabalho muito mais desafiantes e exigentes. Albuquerque (1990, XIX) afirma que,

no processo de construção de uma nova sociedade, libertária, socialista, pluralista e antiburocrática, é indispensável a utilização de todos os avanços que a humanidade conquistou (...) A socialização das informações acumuladas, a criação de acessos reais e democráticos a todo o patrimônio científico e tecnológico da humanidade, tudo isso são pressupostos mínimos para a construção de uma sociedade nova.

Quando o homem/mulher assume seu trabalho como prática de sobrevivência, está abrindo mão do que lhe é inerente como ser humano, e nisso o capitalismo exerce uma função com grande capacidade, que é a de criar desejos e transformar as relações dos homens para com outros homens em relações com produtos, que passam a fazer parte dos desejos de cada um que, nem sempre, pode realizá-los.



PODEMOS REFLETIR

“Podemos dizer que cada ser humano articula seus desejos, sonhos, esperanças e projetos sob uma utopia. A utopia de cada um é justamente aquilo que cada qual quer realizar em sua vida particular, um norte da existência pessoal. A utopia pessoal está sempre marcada pelo processo de individualização ou subjetivação e compõe elementos do imaginário pessoal, sob cujos signos encontram-se disposições afetivas modelizadas ou não sob os códigos do capital que sobrecodificam diversas linguagens em uma sociedade capitalista. Toda utopia emerge como uma certa negação da realidade presente efetiva, e se volta para a sua transformação, a fim de realizar os desejos utópicos. Ora, sendo a dimensão utópica uma característica própria a todas as subjetividades humanas, o sistema capitalista se especializa em manipulá-la a fim de realizar seus objetivos intervindo ao âmbito mais íntimo da vida privada. O capitalismo, que é responsável pela realidade de pobreza e angústia em que vive a maioria da população, é também o grande provedor de ilusões e fantasias, promovendo a construção de utopias alienadas e alienantes pelos indivíduos sempre insatisfeitos... Parece-nos que isto vislumbra a possibilidade, ou mesmo a necessidade, de se estudar o humano situado historicamente e socialmente.” (MANCE, 1994, p. 4.)

Acreditamos que seja na prática cotidiana que se vislumbram as contradições entre o discurso e as próprias práticas, e a(s) concepção(ões) de educação e de ser humano vão sendo materializadas nesses programas de formação (tanto inicial quanto continuada), de acordo com o contexto em que elas são elaboradas e vivenciadas. Para Teves (1995, p. 15), “O sentido do que aparece não está no sujeito que conhece nem na coisa conhecida, mas nos efeitos de sentido que vão se construindo no processo de conhecimento”. Aí reside também o papel da educação.

A formação integral do(a) futuro(a) docente não virá pela via exclusiva do desenvolvimento de habilidades específicas que o(a) capacitem ao exercício de um determinado fazer, mesmo quando enriquecido com a apropriação dos conhecimentos que sustentam essas habilidades e que podem lhe dar o domínio da técnica, em nível teórico e prático. Sua evolução como ser humano, antes de ser apenas trabalhador(a), passa por uma formação que o(a) ajuda também a compreender seu valor único como indivíduo, sua relação com o todo e sua responsabilidade em se colocar no quadro geral da sociedade de uma maneira construtiva e consciente (...).

Nessa direção, pode-se resgatar para a profissionalização seu compromisso educativo, que se esvaziou ao longo do tempo em que serviu apenas aos valores materiais da vida e aos interesses econômicos dos sistemas vigentes (REGNIER, 1993, p. 15).



DESAFIOS

1. Faça uma síntese do filme “Camisetas Viajando” e poste-a no Moodle.
2. Faça uma pesquisa na internet e elabore um glossário no Moodle sobre o mundo do trabalho, globalização, formação inicial e continuada e *práxis* docente.
3. Faça uma análise de, no máximo, dois parágrafos sobre a importância do conhecimento do mundo do trabalho na sociedade contemporânea para o estágio supervisionado.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 5	Aula 6	Aula 7
		Aula 8



UNIDADE II

A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

AULA 5: O ESTÁGIO COMO PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DO PEDAGOGO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Imagem 5

Iniciamos nosso componente curricular estudando a história da formação de pedagogos no Brasil que, em instituições de ensino superior de ensino presencial, vem passando por diversos modelos, como já visto na aula anterior e em outros componentes curriculares do seu curso. Porém, na sociedade atual, temos convivido com uma nova modalidade de ensino, que é a Educação Superior a Distância.

Com a institucionalização desse novo processo pelo Ministério da Educação, no Brasil, várias universidades e instituições de ensino superior abarcaram essa modalidade como via de formação de pedagogos. No bojo dessas inovações, o Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba especificou a sua formação para a docência da educação infantil. Nesse sentido, é importante entendermos a formação a distância e, nessa modalidade, o estágio supervisionado. Os modelos, os princípios e as concepções dos cursos a distância seguem diretrizes do Ministério da Educação, mas atendem também aos princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia. Muitos são os desafios que se apresentam, e muitos são os caminhos que há para se percorrer.

Imagem 5: <<http://jackjoao.blogspot.com/2010/05/11-aula-da-educacao-especial.html>>.



Visando refletir sobre a educação a distância e sobre a forma pela qual ela propicia o aprendizado, Maçada (2010, p.4) afirma:

Os modos pelos quais aprendemos estão relacionados com os acoplamentos contingentes tanto das tecnologias quanto das instituições sociais. Não é trivial interagirmos com diferentes modos sociais e institucionais de organização dos saberes, como também não é trivial que esses acoplamentos se dêem através da linguagem oral, escrita ou por processos digitais. A ideia é que cada ecologia cognitiva – a rede atualizada de relações entre os sujeitos, tecnologias e instituições – produz regimes cognitivos diferenciados.

Morin (2000), ao romper com o paradigma da racionalidade moderna, propõe uma ciência da complexidade. Sua principal contribuição é sugerir a discussão da epistemologia do ponto de vista cognitivo. Nessa perspectiva, ele defende uma interligação entre todos os saberes, donde decorre o pensamento complexo. A questão que se coloca é sobre como a ideia do rompimento desse paradigma da racionalidade moderna e a educação a distância se relacionam.

Para Rela *et al* (2006, p. 3), “a educação a distância é vista como uma modalidade pedagógica que pode, ao lado de outras modalidades de educação, contribuir para a construção de um novo paradigma educacional.” Para refletirmos sobre a EAD e o Estágio na EAD, vamos continuar pensando em nossas concepções acerca de formação docente e de estágio como *práxis*:

A *práxis* na EAD está fundamentada em uma teoria educacional própria, tendo como um de seus princípios norteadores a ação transdisciplinar, que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das disciplinas e além de qualquer disciplina (NICOLESCU, 2001, p. 63).

Assim como na modalidade presencial, o significado que se dá ao estágio deve partir de uma postura do professor formador do futuro, que busca por elementos motivadores para a *práxis*. Somente assim, o futuro docente desenvolverá também suas atividades, buscando elementos motivadores para seus aprendentes. Se o estágio supervisionado visa propiciar ao estagiário o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua área profissional, nos cursos a distância, os estágios devem perseguir também esses objetivos. O risco que se corre é a transposição de todos os métodos da



educação presencial para a modalidade a distância. Se não tivermos cuidado, os recursos tecnológicos, como internet, videoaulas, Moodle, Exe learning serão desconsiderados em todo esse processo. Portanto, a elaboração de web fólios, a participação em fóruns e a postagem dos relatórios devem ser feitas nos instrumentos comumente utilizados na EAD, no nosso caso, no Moodle.

	<p>Consulte na internet sites relativos à educação a distância no Brasil. Para saber mais acesse: <http://www.uab.gov.br>.</p>
---	--

A educação a distância vai possibilitar ao aprendente, no processo de aquisição da aprendizagem, uma teia de relações e inter-relações na comunicação com seus pares e com os sujeitos presentes no processo. Professores, mediadores, outros aprendentes fazem parte dessa rede. O processo de aprendizagem, que envolve conteúdos, metodologias, relação professor/aprendente e avaliação, reflete-se no aprendente como sujeito essencial e autônomo. Na situação de estágio, é importante observar:

Afirmar que a aprendizagem cooperativa valoriza o processo não implica em abrandar o trabalho do aluno, numa postura paternalista, pelo contrário, a exigência é maior. Será exigido do aluno, não apenas respostas decoradas, ou a repetição de exercícios em provas, mas a capacidade de pesquisar, criar, recriar, organizar, aprender a aprender. Mas, para atingir todas essas capacidades, o aluno poderá contar com os outros, ensinando o que sabe, aprendendo com o outro. Mais uma vez, fica claro, que nesse processo de aprendizagem o elemento central não é o professor ou supervisor, mas eles se constituem em elementos fundamentais para a construção da avaliação. (RELA *et al*, 2006, p. 62).

Neves (1998, p. 13) chama a atenção para a responsabilidade da educação superior a distância na busca de se manter a qualidade da formação oferecida. Não se podem traduzir esses cursos como de baixa qualidade, aligeirados ou desconsiderar as políticas atuais de formação docente no Brasil:

Educar a distância não significa reduzir objetivos, pasteurizar conteúdos, simplificar conteúdos, simplificar currículos, diminuir tempo de estudo e reflexão. Educar



a distância significa oferecer ao aluno referenciais teórico-práticos que levem à aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes que promovam o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Precisamos, então, romper barreiras, superar preconceitos e fazer com que a educação a distância sirva aos seus propósitos de ampliar a oferta em cursos superiores em instituições públicas de educação no Brasil, rompendo espaços e encurtando distâncias. Valorizar essa modalidade de educação significa valorizar o desenvolvimento da sociedade, considerar o conhecimento como categoria central e o advento das tecnologias da informação e comunicação como algo inerente à humanidade.

O pensar complexo pretende articular o todo com as partes, o global e o particular, as certezas e as incertezas, o separável e o inseparável, num ir e vir incessante. Fazer isso é "unir as noções antagônicas para pensar os processos organizadores, produtivos e criadores no mundo complexo da vida e da história humana" (MORIN e LE MOIGNE, 2000, p. 204).

É preciso, então, incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais docentes que, para além das habilidades pré-estabelecidas, serão capazes de adotar modelos de docência, métodos e processos inovadores, críticas, novas tecnologias e metodologias alternativas. O futuro docente deve ter como meta o exercício da docência, com uma prática que colabore para a transformação da realidade, na direção de uma sociedade mais equânime. O estágio irá propiciar isso. Sob o ponto de vista de Andrade (2009, p. 2),

o Estágio permite a integração da teoria e da prática – o encontro do geral com o particular, do conceitual com o concreto, do virtual com o real. É, portanto, o Estágio, uma importante parte integradora do currículo, a parte em que o licenciando vai assumir pela primeira vez a sua identidade profissional e sentir na pele o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade com a instituição escolar, que representa sua inclusão civilizatória, com a produção conjunta de significados em sala de aula, com a democracia, com o sentido de profissionalismo que implique competência – fazer bem o que lhe compete.



Pensar o saber, o aprender, o aprender a aprender, nessa nova configuração social e educacional, pressupõe que

a relação entre saber e poder, informação e economia é tão inseparável quanto a vida humana dos códigos linguísticos e todos os outros códigos a partir deles construídos: éticos, religiosos, políticos, econômicos, estéticos etc. Contudo, o papel da informação, da comunicação e criação de signos na vida das sociedades nunca foi tão explorado e desenvolvido como nos dias atuais, especialmente em razão do desenvolvimento de equipamentos que possibilitaram interações instantâneas sob os mais variados códigos comunicacionais. A relação do homem com os signos é um vastíssimo campo que continua sendo explorado contemporaneamente por um conjunto de reflexões interdisciplinares. (MANCE, 1994, p. 4)

Realizar uma formação docente que considere relações e inter-relações, mediações, qualidade social da educação, na busca da emancipação dos cidadãos, significa formar docentes atentos às contradições que essa sociedade tecnológica, do conhecimento e da informação nos traz. Nesse sentido, Chesnais (1996, p. 139) considera que estamos nesta nova sociedade, vivendo uma nova forma de desenvolvimento capitalista, em que os estados nacionais são submetidos à liberalização e à desregulamentação. Segundo esse autor,

os cenários relativos ao futuro de um 'mundo global' que parecem mais prováveis, para os membros desse grupo, são os que chamam de 'cada um por si', transição, na hipótese mais otimista, para o cenário da 'paz triádica' e, na hipótese pessimista, para o cenário do apartheid global. O cenário de cada um por si já está em ação, e será provavelmente o cenário dominante dos próximos vinte anos. (...) a competitividade e a produtividade são erigidas em dogma absoluto nos países onde o podem ser

Cabe, pois, à educação e aos futuros docentes contribuir para romper as barreiras da competitividade, da produtividade e do individualismo postos. O pressuposto é de que cabe ao docente, particularmente, ao da educação infantil, que atua na base do sistema educacional, realizar tudo o que pode trazer novas perspectivas para si próprio e para os(as) seus/suas estudantes, a saber: a formalização de um novo pacto social, que estabeleça, dentre outras possibilidades, uma nova relação entre indivíduo e sociedade, mediada pelo



campo profissional, por meio das novas competências propostas. O estágio, então, é a primeira forma de o(a) aprendente se aproximar dessa realidade e de se efetivar essa postura profissional. Albuquerque (1990, XIX) afirma que,

no processo de construção de uma nova sociedade, libertária, socialista, pluralista e antiburocrática, é indispensável a utilização de todos os avanços que a humanidade conquistou (...) A socialização das informações acumuladas, a criação de acessos reais e democráticos a todo o patrimônio científico e tecnológico da humanidade, tudo isso são pressupostos mínimos para a construção de uma sociedade nova.



Imagem 6

Para finalizar, vamos pensar sobre a seguinte questão: Pressupõem-se, na atualidade, novas formas de ver, sentir e agir dos seres humanos perante todas as transformações analisadas, a maioria delas impulsionada pelo avanço do desenvolvimento científico-tecnológico, caracterizando, além de novas formas de produção, novas formas de relação ensino-aprendizagem. Isso se traduz, para alguns, em reelaboração da prática. Por isso, cada vez mais, é preciso enfatizar as diferenças, as contradições ou relações dialógicas entre a proclamada crise dos paradigmas e a emergência de novos paradigmas. Se estamos proclamando o novo a partir do velho, devemos proclamar um novo que forma docentes, a partir de uma profunda relação teoria/prática, um currículo interdisciplinar e um estágio efetivamente desenvolvido.

Imagem 6: <<http://www.blogdoreginaldo.blogspot.com>>.



DESAFIOS

1. Participe de um fórum a ser criado no Moodle sobre a formação docente na educação a distância.

2. Elabore um texto de uma lauda sobre a importância da educação a distância na sociedade do conhecimento e da informação e poste-o no Moodle.



AULA 6: RESGATE DOS ESTÁGIOS DE I A VI – PONTOS FUNDAMENTAIS

O Estágio Supervisionado, no Curso de Pedagogia na modalidade a distância, da Universidade Federal da Paraíba, desenvolve-se num processo em que as etapas se articulam pedagogicamente entre si. Os(As) aprendentes constroem a sua prática, a partir do Estágio I até o Estágio VI, e passam por diversas ações nas instituições de Educação Infantil de seus polos. Relacionando os saberes teóricos aprofundados nos componentes com a prática vivenciada nas instituições, os estágios vão compondo a formação dos(as) aprendentes. Retomando os objetivos dos estágios e o que está proposto nas Diretrizes Gerais para o Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia a distância da UFPB – Trilhando os caminhos da prática pedagógica: o estágio supervisionado no Magistério da Educação Infantil, encontram-se listados os seguintes objetivos:

I. “Oportunizar ao aprendente um contato direto e sistemático com a realidade profissional, visando à concretização dos pressupostos teóricos, associados a determinadas práticas específicas;

II. Capacitar o estagiário para atividades de investigação, análise e intervenção na realidade profissional específica e proporcionar ao estagiário contato com a realidade educacional, com a organização e o funcionamento das instituições educacionais e da comunidade;

III. Possibilitar ao estagiário a realização da *práxis* dos conhecimentos adquiridos no Curso;

IV. Viabilizar a realização de experiências em situações concretas, relacionadas com a Educação Infantil;

V. Possibilitar ao estagiário o desenvolvimento de condutas (afetivas, cognitivas e técnicas) a partir da realidade cotidiana necessárias ao seu futuro desempenho profissional;

VI. Estimular o desenvolvimento da criatividade, de modo a formar profissionais inovadores, capazes de aprimorar modelos, métodos, processos e de adotar tecnologias e metodologias alternativas;

VII. Contribuir com a comunidade através das atividades de estágio, fazendo cumprir o papel social da universidade, no sentido da socialização do conhecimento produzido”.



No documento das Diretrizes Gerais para o Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia a distância da UFPB, encontra-se a seguinte estrutura e sequência para o estágio:

<p>ESTÁGIO I – ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO</p> <p>OBSERVAÇÃO DO COTIDIANO ESCOLAR – OBSERVAÇÃO DA ESCOLA</p> <p>Tem como objetivo norteador observar os alunos frente à realidade, no contexto educacional, em relação aos aspectos socioeconômicos e culturais (Diagnose escolar). Na sistemática, deve haver um retorno para a discussão e os encaminhamentos sobre as possibilidades de intervenção.</p>
<p>ESTÁGIO II - OBSERVAÇÃO DE SALA DE AULA</p> <p>Tem como objetivo norteador a observação dos discentes e docentes frente à realidade do cotidiano da sala de aula, complementando a observação realizada no Estágio I, examinando o processo de ensino-aprendizagem no que diz respeito à metodologia, ao conteúdo, à avaliação e à relação professor/aluno, em comparação com os conteúdos dos Componentes Curriculares estudados no decorrer do Curso.</p>
<p>ESTÁGIO III - ESTÁGIO DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>O Estágio de Participação, segundo o proposto nas Diretrizes Gerais para o Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia a distância da UFPB, é uma etapa em que os estagiários participam da dinâmica da sala de aula. Isso significa: acompanhar o professor nas reuniões pedagógicas, participar do planejamento, de palestras, de conselhos e das demais atividades docentes. Buscando desenvolver, na formação do docente da Educação Infantil, a articulação entre teoria e prática e a interdisciplinaridade como ação pedagógica, os componentes curriculares devem articular-se. O Estágio Supervisionado deve ser considerado como o componente que articula o conhecimento elaborado no decorrer do curso, visando à sua aplicabilidade prática no campo de estágio. A perspectiva da pesquisa, como foco da ação, propicia o desenvolvimento de projetos de ação pedagógica.</p>
<p>ESTÁGIO IV - ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS E/OU PROJETOS DE AÇÕES PEDAGÓGICAS</p> <p>Após a observação do contexto escolar, o Estágio Supervisionado deve oferecer aos aprendentes a oportunidade de desenvolverem projetos que visem à melhoria da qualidade da educação infantil, articulando os conhecimentos dos demais componentes curriculares.</p>
<p>V E VI - ESTÁGIOS REGÊNCIA</p> <p>As atividades de regência oferecem a possibilidade de iniciar a docência ou execução de projetos, vivenciar o como ensinar, ou seja, ter a visão e o controle do processo ensino-aprendizagem quanto ao planejamento, à execução e à avaliação.</p>
<p>ESTÁGIO VII - ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO</p> <p>As atividades deverão contemplar orientações teórico-metodológicas para a sistematização do relatório final do estágio, com base nos relatórios dos estágios anteriores.</p>

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 5	Aula 6	Aula 7
		Aula 8



Imagem 7

Na perspectiva de realizar um resgate dos estágios anteriores, precisamos ter uma noção de como eles se efetivaram. Do Estágio I, em que foi realizada a etapa de observação da escola, aos Estágios em que se realizou a regência de classe, os aprendentes conseguiram vivenciar cada etapa do trabalho na Educação Infantil. Para a efetivação da *práxis* pedagógica, um dos grandes desafios para o aprendente de Pedagogia é o de adquirir a devida experiência para o processo de profissionalização docente. Desse modo, o Estágio Supervisionado conquistou o papel efetivador dessa profissionalização; a *práxis* possibilita a busca de uma maneira mais propícia de conciliar teoria e prática, rompendo com o antagonismo existente entre essas duas etapas do contexto de aprendizagem: a teoria, de um lado, e a prática, de outro.

Sobre esses aspectos, Saviani (2008, p. 128) assevera,

Percebemos, então, que o que se opõe de modo excludente à teoria não é a prática, mas o ativismo do mesmo modo que o que se opõe de modo excludente à prática é o verbalismo e não a teoria. Pois o ativismo é a 'prática' sem teoria e o verbalismo é a 'teoria' sem a prática. Isto é: o verbalismo é o falar por falar, o blá-blá-blá, o culto da palavra oca; e o ativismo é a ação pela ação, a prática cega, o agir sem rumo claro, a prática sem objetivo.

Conhecer a organização e a dinâmica da Escola Básica e das instituições da Educação Infantil, apropriar-se dos elementos teóricos e práticos do

Imagem 7: <<http://www.educador.brasilecola.com/orientacoes/como-proceder-com-alunos-maternal.htm>>.



Planejamento Educacional, conhecendo o projeto político-pedagógico da escola, e desenvolver estratégias de atuação com as crianças foram algumas das atividades realizadas pelos aprendentes ao longo desse processo. O Projeto político-pedagógico é o instrumento, por essência, que define os rumos das instituições de ensino, portanto, deve ser objetivo a sua realização, acompanhamento e avaliação. O docente deve entender sua importância e participar ativamente da sua elaboração junto com toda a comunidade escolar.

A proposta do estágio, nos cursos de formação de docentes, deve propiciar um passeio ao universo profissional, uma interação entre os seus atores, um mergulho na realidade socioeconômica e cultural e no mundo de especificidades que compõem o ser criança.

O Estágio propicia, ainda, o conhecimento da realidade profissional no entendimento do trabalho como atividade substancialmente humana. Ao ingressar no Curso Superior, o aprendente deve ter clareza de que esse é um curso de formação para a vida profissional.

Logo, para atender às novas exigências do mundo do trabalho, é relevante que a discussão sobre a noção de formação e profissionalização docente seja ampliada e entendida através dos sujeitos envolvidos no processo de trabalho: os trabalhadores que, no cotidiano, podem compreender e dar significados diferenciados à sua prática pedagógica profissional, no caso da docência na Educação Infantil. Diante do exposto, sente-se uma lacuna em relação à discussão da formação para o trabalho na universidade. É como se não fosse papel da universidade formar profissional, ou, pior ainda, como se formássemos os profissionais da elite intelectual que se enquadram no mercado imediatamente. Discutir a concepção do trabalho do educador é extremamente necessário diante desse quadro de transformações e novas exigências do mundo contemporâneo. Muda-se o perfil do trabalhador? Será que temos um novo perfil de docente? Ou estará a educação de fato tão arcaica e dissociada do contexto que não se preocupa com isso?

Entendemos que é possível avançar no sentido de a prática dos educadores-generalistas-especialistas-em educação ser pautada na atuação consciente que dinamiza o trabalho pedagógico. (...) a relação entre escola e o mundo do trabalho traz, impingida, a função de preparar o sujeito para esse mundo. (BIANCHETTI, 2002, p. 58)



Compreender a função do pedagogo docente, no contexto da educação brasileira hoje, já ultrapassa os limites da mera formação técnico-metodológica. Entender essa função significa contextualizá-la na sociedade em que se desenvolve, relacionando-a à multiplicidade de fatores que aí interagem e que dão a forma da realidade brasileira. Para Kuenzer (1998, p. 7):

o novo princípio educativo exige que o trabalhador/cidadão de novo tipo domine os conteúdos básicos da ciência contemporânea que fundamentam os novos processos sociais e produtivos. Exige que tenha novas atitudes e comportamentos perante a sociedade e o trabalho, uma nova ética de responsabilidade, de crítica e de criação, voltada para a preservação da vida, do ambiente, e para a construção da solidariedade, como condições necessárias para a criação de uma sociedade mais humana e mais igualitária, que supere a exclusão; o novo princípio educativo exige a universalização da educação, pelo menos básica, da maioria da população, sem o que as exigências explicitadas no item anterior não poderão ocorrer. Essa não é uma determinação do mundo da produção, o qual, por seu caráter excludente, é cada vez mais seletivo com relação ao emprego; é também, e principalmente, uma determinação da necessidade de formação de uma nova humanidade, capaz de enfrentar com melhores condições de compreensão e crítica a realidade da crescente exclusão e pobreza que caracteriza essa etapa de desenvolvimento; o novo princípio educativo exige a ampliação da oferta pública nos demais níveis, na perspectiva do atendimento ao direito universal à educação.

Portanto, se o estágio cumpre, em todas as suas etapas, o objetivo de propiciar a relação teoria/prática de forma interdisciplinar, a inserção do(a) aprendente no mundo do trabalho, no cotidiano das instituições de educação infantil, e o conhecimento da realidade social e educacional, teremos atingido uma formação de um docente com qualidade social, que é a meta do ensino superior.

Assman (1998, p. 33) sugere que "é preciso substituir a Pedagogia das certezas e dos saberes pré-fixados por uma Pedagogia da pergunta, do melhoramento das perguntas e do acesso das informações". É preciso utilizar o espaço do estágio para a reinvenção da prática docente, do fazer pedagógico, do ser historicamente constituído.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 5	Aula 6	Aula 7
		Aula 8

	<p>Para entender mais sobre as mudanças no mundo do trabalho atual e da sociedade do conhecimento, acesse: <http://www.globalization.sites.uol.com.br/>.</p>
---	---



DESAFIO

Releia suas aulas de estágio supervisionado e os relatórios elaborados nas outras etapas para iniciarmos a elaboração do relatório do Estágio VII. Elabore um texto de, no máximo, três parágrafos, destacando quais foram para você os aspectos mais importantes dos Estágios de I a VI. Poste-o no Moodle.

	<p>Use o Trilhas do Aprendiz dos Estágios de I a VI, dos marcos anteriores, para fazer esse retorno aos conteúdos já estudados.</p>
---	---



AULA 7: O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OBSERVAÇÃO

Prezados aprendentes, se vocês se lembrarem do Estágio I, vão lembrar esta etapa inicial do estágio – a observação da instituição infantil. Naquela etapa do percurso, foi utilizada uma ficha para vocês registrarem as observações feitas no Estágio. Nesse momento, vamos verificar o significado dessas observações em instituições infantis e sistematizar, em forma de texto, as realizadas.

A observação em instituições de educação infantil é etapa fundamental para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado na formação do docente. É o primeiro momento em que os futuros docentes têm acesso à realidade do cotidiano escolar nessas instituições - os aspectos observados em relação à estrutura física, à comunidade escolar (professores, funcionários, alunos e pais), à organização pedagógica da instituição: o seu projeto político-pedagógico.

Observar uma realidade é o mesmo que fotografá-la. É entendê-la a partir dos aspectos que a compõem e lhe dão forma. Essa observação permite que vocês enfrentem um dos maiores desafios como docentes de um curso de formação: o de experienciar a prática da sua futura profissão e conhecer a realidade a partir dela mesma. Possibilita entender o processo de profissionalização e permite também a realização da articulação teoria/prática. Na visão de Pimenta (1997, p. 21), o Estágio Supervisionado são “as atividades que os alunos deverão realizar durante o seu curso de formação, junto ao futuro campo de trabalho”.

Podemos refletir sobre o significado de uma observação. No nosso cotidiano, observamos tudo e todos, o mundo à nossa volta. Quase sempre, nos deparamos com situações em que estamos observando os comportamentos das pessoas, aquele lindo por do sol, a lua cheia etc.

No processo de estágio, essa observação precisa ser sistematizada. Alarcão e Tavares (1987, p. 103) afirmam que,

no contexto escolar, a observação é o conjunto de atividades destinadas a obter dados e informações sobre o que se passa no processo de ensino/aprendizagem com a finalidade de, mais tarde, proceder a uma análise do processo numa ou noutra das variáveis em foco. Quer isto dizer que o objeto da observação pode recair num ou noutro aspecto: no aluno, no ambiente físico da sala de aula, no ambiente sócio-relacional, na utilização de materiais de ensino, na utilização do espaço ou do



tempo, nos conteúdos, nos métodos, nas características dos sujeitos etc.

Nesse sentido, devemos ficar atentos para o fato de que, no estágio, a observação deve superar aquela que realizamos no nosso cotidiano. É necessário que ela seja sistematizada, orientada e destinada a atender a determinados objetivos. Deve-se partir de questões como: O que se quer observar? Com qual objetivo? Para quê? Onde? Quando? Ressalte-se que, nem sempre, aquilo que vemos é aquilo que observamos. Rudio (1999) afirma que "observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade".

Na escola, é importante observar aspectos da sua estrutura, espaço físico, ambiente, pessoas e suas relações, comportamentos, métodos de ensino e aprendizagem, propostas, enfim, devemos direcionar nosso olhar para aquilo que compõe uma instituição de Educação Infantil e que lhe confere significado.

Como estagiário(a) pesquisador(a), você não está apenas olhando o que se passa à sua volta, mas está possibilitado a entender os nortes do processo educativo. A espontaneidade permitida por uma observação permite ao(a) pesquisador(a) a coleta de dados necessários para entender o fenômeno observado, no nosso caso, a Educação Infantil.

A observação é espontânea, quando o(a) estagiário(a) não elabora um roteiro pré-determinado, ou direcionado, quando não há um roteiro dos fatos a serem observados. Segundo Rudio (1999, p. 39), essas duas observações podem ser científicas e se destacam em duas modalidades: Observação assistemática, que "se realiza sem planejamento e sem controle anteriormente elaborados, como decorrência de fenômenos que surgem de imprevisto", e a observação sistemática, a que é planejada e controlada.



Para entender mais sobre a observação em pesquisas, leia o livro: RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 24ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999, disponível em seu PMAP.

A observação do cotidiano, nas instituições escolares, é um instrumento fundamental para superarmos a dicotomia teoria-prática existente nos cursos de formação de professores, já discutidos por nós na Unidade I deste componente curricular. Como parte do Estágio Supervisionado, a observação faz desse



componente uma possibilidade de realizar a pesquisa como base da formação do educador e possibilita outro olhar do futuro docente sobre a instituição escolar. Como já nos alertaram diversos autores, como Perrenoud (2001) e Pimenta (1997), por exemplo, a articulação entre componentes curriculares considerados teóricos e a prática (normalmente vista como estágio) podem ser garantidas com a etapa de observação na escola. Essa estratégia possibilita, ainda, alcançar a formação de um(a) futuro(a) professor(a) reflexivo(a). Nesse sentido, Schon (2000, p. 230) afirma:

Consideramos que os estudantes devem apreender um tipo de reflexão-na-ação que vai além das regras que se podem explicitar não apenas por enxergar novos métodos de raciocínio, mas também por produzir e testar novas categorias de compreensão, estratégias de ação e formas de conceber problemas.

É na prática reflexiva, passando pela etapa de observação, que o(a) futuro(a) docente vai perceber o que há de concreto e as novas possibilidades de conceber seu trabalho quando se tornar um(a) profissional. Para Pimenta (2004), o estágio, como pesquisa e observação, é um “princípio cognitivo”. Podemos conceber isso como o caminho para se pensar a prática pedagógica a partir da elaboração e da reelaboração de novas concepções do fazer docente.

“A observação é, sem dúvida, o melhor teste de verificação de um determinado fenômeno” (LUDKE e ANDRÉ, 2005, p. 26).

Enfim, podemos sistematizar, considerando aquilo que Moraes (2000) atenta para quatro tipos de operações que fazem uma pesquisa e facilitam a vida do pesquisador:

- Conscientizar-se de uma realidade: tomar consciência sobre as coisas do mundo, conhecer os discursos acerca desse mundo, observar criticamente a realidade;
- Questionar a realidade: buscar problemas, falhas etc., tornando-se consciente da realidade;
- Construir argumentos ou reconstruir conhecimentos: construir argumentos para justificar que um conhecimento é útil para a vida. Para tanto, é necessário ler, experimentar, discutir resultados, entrevistar, consultar especialistas etc.;
- Validar os argumentos em forma de comunicação escrita e oral.



As duas primeiras operações são pertinentes ao(à) estagiário(a), nessa etapa de observação, como possibilidade real de realizá-la. Os dois últimos lhe possibilitam repensar ou ressignificar a prática. É interessante perceber que a última operação irá nos levar ao produto final do estágio nessa etapa: a elaboração do relatório final.



Vamos nos aprofundar? Leia o livro: PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

No Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil do nosso curso, a observação se dá em dois momentos:

- No espaço e no cotidiano escolar;
- Em sala de aula.

A aproximação à realidade só tem sentido quando tem conotação de envolvimento, de intencionalidade, pois a maioria dos estágios burocratizados, carregados de fichas de observação, é míope, o que aponta para a necessidade de um aprofundamento conceitual do estágio e das atividades que nele se realizam. É preciso que os professores orientadores de estágios procedam, no coletivo, junto a seus pares e alunos, a essa aproximação da realidade, para analisá-la e questioná-la criticamente, à luz de teorias. (PIMENTA & LIMA, 2004, p. 45)

No Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil do nosso curso, a observação se dá em dois momentos:

- A observação do espaço e do cotidiano escolar;
- A observação da sala de aula.

Em cada um desses momentos específicos, todas as contribuições elencadas acima são necessárias para um bom resultado por parte dos(as) estagiários(as). Vamos pensar um pouco, agora, na observação da sala de aula, que é um momento privilegiado para se observar a ação docente e sua interação com as crianças da educação infantil. É quando ocorre a possibilidade de haver uma troca de experiências. Para o(a) estagiário(a) (principalmente para

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 5	Aula 6	Aula 7

os(as) que ainda não são docentes), é um momento de mergulhar no espaço privilegiado da prática pedagógica, de partilha do(a) professor(a) da escola campo de estágio, que abre a sua vivência para o(a) futuro(a) docente. Por outro lado, é um momento propício para o(a) futuro(a) docente mostrar seus interesses com o que está observando, seus interesses pela futura profissão e pelos conhecimentos possibilitados por essa experiência. É um momento privilegiado de construir, através da reflexão, conhecimentos com base na realidade apresentada pela situação de estágio. Uma atitude de respeito e de acolhimento das ações do(a) professor(a) da escola campo vai, sem dúvida, possibilitar que essa vivência seja tranquila tanto para estagiários(as) quanto para o(a) professor(a) da escola campo de estágio.

A observação na sala de aula traduz-se também num momento de questionamentos, dúvidas e, sobretudo, de angústias para alguns(as) estagiários(as). A falta de conexão que eles/elas percebem, muitas vezes, quando relacionam os estudos nos componentes curriculares com o que a realidade lhes apresenta, traduz-se numa contradição a ser superada. A dicotomia tão falada na relação teoria/prática pode materializar-se, nesse momento, se os(as) estagiários(as) não conseguirem estabelecer as conexões necessárias, numa relação dialética, para entender que a prática pode e deve alimentar a teoria e vice-versa.

Essa observação da prática pedagógica serve, enfim, para contribuir como um momento de planejamento para o subsequente do estágio, que é a regência propriamente dita. A partir desses momentos processuais e complementares, o(a) aprendente vai adquirindo, durante o estágio, a sua profissionalização docente. O conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e competências propícias a essa profissionalização é o objetivo final a ser alcançado.



Imagem 8

Imagem 8: <<http://oacpiradigital.wordpress.com/>>.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 5	Aula 6	Aula 7
		Aula 8

Para sintetizar as ideias desta aula, vamos ler um trecho de Kuenzer (2001):

Se o homem só conhece aquilo que é objeto de sua atividade, e conhece porque atua praticamente, a produção ou apreensão do conhecimento produzido não pode se resolver teoricamente através do confronto dos diversos pensamentos. Para mostrar sua verdade, o conhecimento tem que adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática, e transformá-la. A partir dessa afirmação, há duas dimensões a considerar.

A realidade, as coisas, os processos, são conhecidos somente na medida em que são "criados", reproduzidos no pensamento e adquirem significado; essa re-criação da realidade no pensamento é um dos muitos modos de relação sujeito/objeto, cuja dimensão mais essencial é a compreensão da realidade enquanto relação humano/social.

Em segundo lugar, é preciso considerar que a prática não fala por si mesma: os fatos práticos, ou fenômenos, têm que ser identificados, contados, analisados, interpretados, já que a realidade não se deixa revelar através da observação imediata; é preciso ver além da imediaticidade para compreender as relações, as conexões, as estruturas internas, as formas de organização, as relações entre parte e totalidade, as finalidades, que não se deixam conhecer no primeiro momento, quando se percebem apenas os fatos superficiais, aparentes, que ainda não se constituem em conhecimento.

Ou seja, o ato de conhecer não prescinde do trabalho intelectual, teórico, que se dá no pensamento, que se debruça sobre a realidade a ser conhecida; é nesse movimento do pensamento que parte das primeiras e imprecisas percepções para relacionar-se com a dimensão empírica da realidade, que se deixa parcialmente perceber que, por aproximações sucessivas, cada vez mais específicas e ao mesmo tempo mais amplas, são construídos os significados.

(...) Assim, os processos educativos escolares, seja de educação geral, profissional ou ambas, se configuram como espaços de articulação com o conhecimento socialmente produzido, enquanto produtos, e como espaços de apreensão das categorias de produção desse conhecimento, enquanto processos metodológicos. São, por excelência, espaços da produção teórica, do trabalho intelectual, sempre que possível articulado à práxis, mas sempre incapaz de reproduzi-la em seu movimento e em sua complexidade. Não são, portanto, espaços de desenvolvimento de competências, o que só poderá ocorrer através dos processos sociais e produtivos. Não que a prática teórica, e o desenvolvimento das competências cognitivas superiores não sejam de fundamental importância para o desenvolvimento de competências; mas, por si só, são insuficientes.



KUENZER, Acácia. Conhecimentos e competências no trabalho e na escola. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/282/boltec282a.htm>>.



UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III	
Aula 5	Aula 6	Aula 7	Aula 8



DESAFIOS

1. Participe de um fórum criado no Moodle sobre a observação em situações de estágio.
2. Responda: Qual é a importância da observação da sala de aula para o(a) estagiário(a)? Elabore, no máximo, dois parágrafos e poste-os no Moodle.
3. Descreva três aspectos que você observou em seu estágio, no momento da observação da sala de aula. Para isso, é importante resgatar seu estágio de observação. Elabore, no máximo, dois parágrafos e poste-os no Moodle.



UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 5	Aula 6	Aula 7
		Aula 8

AULA 8: O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTENDENDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA



Imagem 9

Retomando as discussões que realizamos ao longo deste componente curricular, podemos relembrar que elas se pautaram em algumas questões, dentre as quais, destacamos: Qual o perfil profissional que deve orientar a formação do(a) pedagogo(a) docente da Educação Infantil? Qual o papel do Estágio Supervisionado na formação desse(a) profissional – etapa fundamental na formação do(a) pedagogo(a) docente da Educação Infantil? e, principalmente, qual a importância da elaboração do relatório de estágio como sua sistematização?

A necessidade de realizarmos tais reflexões explicitadas de maneira cada vez mais contundente nos remete a pensar em docentes que desenvolvam na escola ações que se materializem, de fato, em prol dos segmentos sociais menos privilegiados na nossa sociedade, a maioria dos quais são os nossos alunos das escolas públicas onde realizamos nosso estágio e que serão também nosso local de trabalho. Essas ações devem traduzir-se em privilegiar o acesso aos conhecimentos socialmente sistematizados pelo ser humano, ao longo da história da humanidade, e aos conhecimentos possibilitados pela sociedade contemporânea, pela via dos saberes e dos instrumentos tecnológicos.

Para sistematizar o estágio, no que diz respeito à prática pedagógica, é preciso entender o que significa, no cenário da educação e da formação docente, a prática pedagógica. O que se faz no dia a dia docente, as atividades que são desenvolvidas, o trabalho individual ou coletivo que propicie o desenvolvimento

Imagem 9: <<http://www.blog.ricbit.com>>.



efetivo da qualidade social da educação são práticas pedagógicas. A prática pedagógica se faz em todos os tempos e espaços escolares, mas, num primeiro momento, tendemos a relacioná-la com a sala de aula e as ações que ali se desenvolvem. Mas é importante perceber que ela se dá para além da sala de aula e, mais importante ainda, é permeada por determinantes socioeconômico-culturais da sociedade e da realidade com a qual convivemos, onde se situam a instituição escolar e a comunidade acadêmica. Assim, o nosso contato com a escola reflete a nossa visão de mundo.

É de fundamental importância a instrumentalização teórico-prática do(a) profissional (futuro(a) docente) para que possa realizar, efetivamente, um trabalho de cuidar e educar crianças na educação infantil.

Segundo Rocha (1999, p. 8),

(...) a tarefa das instituições de Educação Infantil não se limita ao domínio do conhecimento, assumindo funções de complementaridade e socialização relativas tanto à educação como ao cuidado e tendo como objeto as relações educativo-pedagógicas, estabelecidas entre e com as crianças pequenas – 0 a 6 anos.

Atentar para o fato da centralidade da criança no trabalho realizado pelo(a) docente, em instituições de Educação Infantil, deve ser a nossa preocupação central. Nesse sentido, as atitudes e habilidades objetivas pela instituição devem ser parte integrante do seu projeto político-pedagógico e refletir-se na prática pedagógica do(a) docente. A sistematização dessa prática deve ater-se a questões como estas: Qual é esse sujeito criança da educação infantil? Que atitudes e habilidades pretendemos desenvolver? Como nosso trabalho deve ser realizado para alcancemos esses objetivos? Essa prática deve ser definida dentro do campo de atuação do(a) docente, mas se pautando nos conhecimentos sobre a infância e a criança como sujeito de direitos. A prática na educação infantil deve propor e articular espaços e tempos para o desenvolvimento infantil, a partir do compartilhamento de experiências entre as crianças. Através de recursos próprios dessa modalidade do ensino, como as brincadeiras, por exemplo, deve-se propiciar o desenvolvimento da criança.

Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 23), educar significa



[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.



Para lembrar: localize o documento, acessando: <<http://www.mec.gov.br>>.

O planejamento é a etapa fundamental para se alcançarem os objetivos na educação e na educação infantil. Ao planejar, o(a) docente poderá projetar como e com que possibilidades alcançará esses objetivos. O reconhecimento das diferenças e das individualidades presentes num grupo de aprendentes deve ser considerado como base para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, visto que isso propicia um passo além do planejar e propor. Se o(a) docente planeja e propõe bem suas ações, mas não considera a realidade na qual vai atuar, estará deixando de atender às questões fundamentais elencadas acima, principalmente sobre que tipo de cidadão se deseja formar. A prática que se propôs, durante todo o percurso, foi a prática reflexiva. Ela propicia a criatividade do(a) docente e dá novos significados e unidade ao seu trabalho:

A prática criadora ou reflexiva propõe uma sistemática reflexão sobre o trabalho pedagógico, de forma que possa tornar possível a construção de novas realidades e metodologias educativas, propondo outra forma de cognição e superando modelos tradicionais perpetuados ao longo da história educacional. (SILVA, 2004, p. 7)

Vamos pensar no estágio como um *locus* essencial para o(a) futuro(a) docente observar, intervir, refletir, compreender e ressignificar a prática pedagógica na educação infantil. Ao se ver frente à frente com o(a) docente da escola campo, desenvolvendo sua prática, o(a) futuro(a) docente tem a possibilidade de acessar a um amplo e rico material para a sua própria formação. Ver-se nas práticas desenvolvidas ou desenvolvendo essas práticas com novas possibilidades é objetivo do estágio. Qual é esse lugar-escola? Quem é esse agente-docente? Qual o seu papel na sociedade e na escola?



Para Kuenzer (2010), não se pode desconsiderar esse espaço de desenvolvimento de competências que é a escola, porém, não devemos desconsiderar as amplas possibilidades que tem o(a) docente ao desempenhar bem suas funções.

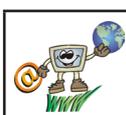
A escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento. O lugar de desenvolver competências, que por sua vez mobilizam conhecimentos, mas que com eles não se confundem, é a prática social e produtiva. Confundir esses dois espaços, proclamando a escola como responsável pelo desenvolvimento de competências, resulta em mais uma forma, sutil, mas extremamente perversa, de exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia desenvolvem suas capacidades apesar da escola, que para muitos passa a ser apenas uma instituição certificadora; para os trabalhadores, a escola se constitui no único espaço de relação intencional e sistematizada com o conhecimento. Cabe às escolas, portanto, desempenhar com qualidade seu papel na criação de situações de aprendizagem que permitam ao aluno desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras relativas ao trabalho intelectual, sempre articulado, mas não reduzido, ao mundo do trabalho e das relações sociais, com o que certamente estarão dando a sua melhor contribuição para o desenvolvimento de competências na prática social e produtiva. Atribuir à escola a função de desenvolver competências é desconhecer sua natureza e especificidade enquanto espaço de apropriação do conhecimento socialmente produzido, e portanto, de trabalho intelectual com referência à prática social, com o que, mais uma vez, se busca esvaziar sua finalidade, com particular prejuízo para os que vivem do trabalho. (KUENZER, 2010, p. 8)

Pensando na prática pedagógica, o(a) estagiário(a) deve ser capaz de avaliar a prática pedagógica desenvolvida na escola campo de estágio pelo docente, mas deve também ser capaz de autoavaliar o seu conhecimento sobre essa prática e, aqui, entra em campo novamente a necessária interrelação entre teoria/prática. Ao observar e avaliar essas práticas, deve se pautar em alguns aspectos: relação qualitativa e quantitativa, professor(a)-aluno, espaço e tempo de trabalho, recursos utilizados, planejamento, entre outros. Vamos procurar partir da pergunta primordial para pensar a prática na educação infantil: Qual é a sua real função em relação às crianças? Podemos nos remeter às Diretrizes para respondê-la:

Embora tenham um sentido de meta para a escolaridade, essas aprendizagens podem – e devem – constituir-se desde que as crianças ingressam em uma instituição educativa. Já na Educação Infantil, as crianças podem desenvolver sua curiosidade – que é uma forma de investigar e valorizar o conhecimento –, aprender a rebelar-se contra o que não compreendem – que é

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 5	Aula 6	Aula 7
		Aula 8

uma forma de questionar –, ler o mundo, expressar-se, enfrentar desafios, construir hipóteses, raciocinar, comparar, estabelecer relações, adquirir confiança em si mesmas, respeitar a vontade do outro, discutir, diferenciar a casa da escola, ser solidárias, conviver com a diversidade... Toda aprendizagem tem um desdobramento possível para crianças muito pequenas. (BRASIL: MEC/CEF, 1998, p. 25)



Vamos pesquisar? Para saber mais sobre o documento, leia: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Acesse o site: <<http://www.mec.gov.br>>.

A possibilidade do Estágio Supervisionado para o entendimento da prática pedagógica é a possibilidade da formação na e pela reflexão. Devemos pensar que a relação teoria/prática deve ser o ponto de partida e o ponto de chegada para a formação do(a) docente em educação infantil. No nosso estágio, a prática se desenvolveu em dois momentos distintos: na participação em sala de aula e na regência propriamente dita. Em cada um desses momentos, possibilitou-se ao(à) estagiário(a) o contato direto com a ação docente. Pressupõe-se que esses espaços na formação indicam ao(à) futuro(a) docente o seu fazer profissional e o conhecimento e o reconhecimento da sua profissão. Reconhecer-se docente é momento precípuo para se tornar docente. Ao reconhecer as individualidades e as diferenças, esse(a) profissional deve reconhecer-se também a partir da sua singularidade e individualidade. Portanto, o estágio deve ser um redimensionamento da prática pedagógica docente, e, não, um espaço para copiar a prática observada. O(a) docente é único(a) nas proposições na sua relação com os(as) aprendentes, com os recursos e as possibilidades didáticas.

Na educação infantil, a docência precisa assumir-se com as suas especificidades, que dizem respeito ao atendimento da concepção que embasa esse nível de ensino. Como já destacamos, o binômio cuidar e educar é a base dessa concepção.

Didonet (2003, p. 7) nos esclarece sobre essa especificidade ao enunciar:

Não há um conteúdo educativo na creche descolado dos gestos de cuidar. Não há um ensino, seja um conhecimento ou um hábito, que se use via diferente da atenção afetuosa, alegre, disponível e promotora da progressiva autonomia da criança.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III	
Aula 5	Aula 6	Aula 7	Aula 8



Imagem 10

Enfim, não se educa sem cuidar e não se cuida sem educar.



DESAFIOS

Elabore um texto com, no máximo, duas laudas, respondendo às questões abaixo, e poste-o no Moodle:

1. Qual é a função da instituição de educação infantil?
2. Segundo os(as) autores(as) estudados nesta aula, o que é prática pedagógica?
3. Qual é a especificidade da docência na educação infantil, segundo Didonet?

Imagem 10: <<http://www.grandesmensagens.com.br>>.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11
		Aula 12



UNIDADE III

SISTEMATIZANDO CONHECIMENTOS: ELABORANDO O RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

AULA 9: ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO ESTÁGIO MEDIANTE AS PRODUÇÕES DAS ETAPAS DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

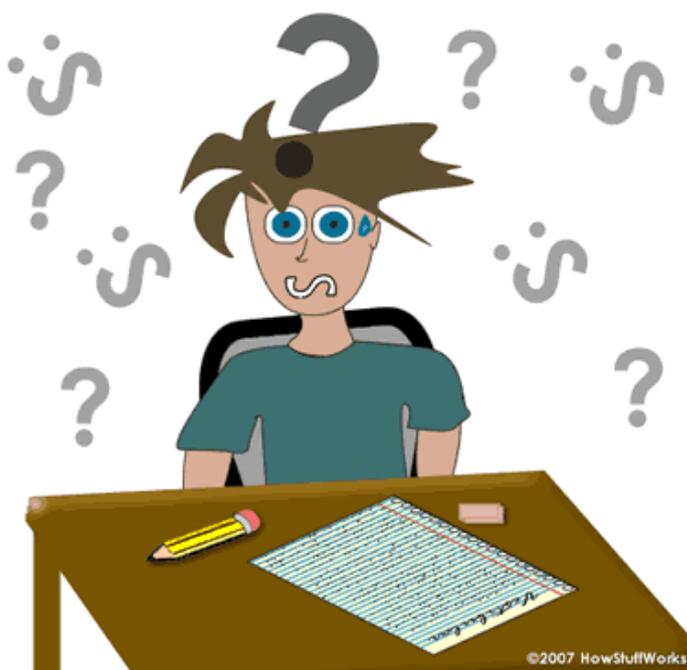


Imagem 11

O Estágio Supervisionado, no Magistério da educação infantil, realizado por vocês pressupõe desde o conhecimento do cotidiano da realidade da instituição de educação infantil até a prática da docência. Vamos retomar esse processo e reelaborar os instrumentos utilizados. O nosso primeiro objetivo será realizar a caracterização da realidade educacional na qual o(a) aprendente realizou seu estágio. Para caracterizar a escola, foi proposto um documento de sistematização das observações ali realizadas. Vamos lembrá-lo:

Imagem 11: <http://titulobacana.blogspot.com/2009_07_01_archive.html>.

UNIDADE I

UNIDADE II

UNIDADE III

Aula 9

Aula 10

Aula 11

Aula 12

FICHA DE REGISTRO DE VISITA A UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Nome do(a) gestor(a) _____

Tipo de Instituição: Municipal Conveniada
 Estadual Comunitária
 Outra Qual? _____

Como são as instalações físicas? Verifique com quais recursos abaixo a instituição conta: (salas de aula, secretaria, brinquedoteca, biblioteca, banheiros, cozinha, refeitório, lactário, área descoberta, pátio, solário etc)

Aspectos pedagógicos:

Há uma proposta pedagógica? Qual? Como foi elaborada? Por quem?

Formação dos professores:

Faça uma lista de todos os professores da Instituição (incluindo auxiliares, monitores, recreadores, berçaristas etc...) e suaS respectivaS formações

Atendimento prestado às crianças:

Número de crianças atendidas pela instituição

Número de crianças por turma, turno e faixa etária

Pessoal técnico e de apoio:

Listar todos os demais profissionais que atuam na instituição e suas respectivas funções.

Recursos materiais e didáticos utilizados:

Outras observações que você gostaria de acrescentar:

Local:

Data:

Fonte: Moodle – ESMEI I

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11
		Aula 12

Para realizar a primeira etapa de elaboração do relatório final de estágio, é fundamental o conhecimento dos fundamentos teórico-metodológicos de elaboração de trabalhos acadêmico-científicos. Autores como Chizzotti (1998), Morin (1996) e Severino (2002) se dedicam a discutir esses pressupostos. O relatório de estágio é o produto final de seu trabalho. É o resultado sistematizado do processo. É importante ressaltar que é um trabalho científico e deve ser elaborado seguindo as normas técnicas de um trabalho desse tipo, caso contrário, ele pode ser apenas um documento descritivo de ideias. Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, temos a seguinte definição de ciência:

Ciência [Do lat. scientia.] Conhecimento. Saber que se adquire pela leitura e meditação; instrução, erudição, sabedoria. Conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto, especialmente os obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio. Soma de conhecimentos práticos que servem a um determinado fim. A soma dos conhecimentos humanos considerados em conjunto. Processo pelo qual o homem se relaciona com a natureza visando à dominação dela em seu próprio benefício. Atualmente esse processo se configura na determinação segundo um método e na expressão em linguagem matemática de leis em que se podem ordenar os fenômenos naturais, do que resulta a possibilidade de, com rigor, classificá-los e controlá-los. (FERREIRA, 1986, p. 404)

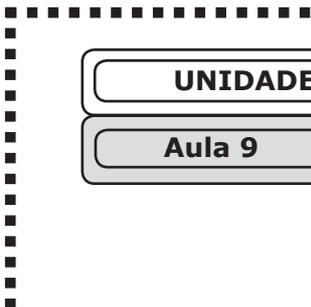


Pesquise em outros dicionários sobre o significado de ciência.

Fazer ciência pressupõe conhecimentos e rigor. Morin (1996, p. 20) entende que,

a ciência não é somente uma acumulação de verdades verdadeiras. Digamos mais, com Popper: é um campo sempre aberto onde se combatem não só as teorias, mas também os princípios da explicação, isto é, também as visões de mundo e os postulados metafísicos.

Para se chegar ao conhecimento científico, também é importante estabelecer significados e rigores na busca da superação do senso comum:



UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III	
Aula 9	Aula 10	Aula 11	Aula 12

O conhecimento científico não é o reflexo das leis da natureza. Traz com ele um universo de teorias, de ideias, de paradigmas, o que nos remete, por um lado, para as condições bioantropológicas do conhecimento (porque não há espírito sem cérebro), por outro lado, para o enraizamento cultural, social, histórico das teorias. (MORIN, 1996, p. 21)

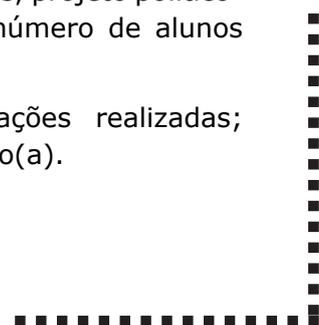
	O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que também integr este vol. 8 do Trilhas do Aprendiz, oferece mais informações sobre esse conteúdo. Vamos trabalhar integrados, consultando o texto de TCC.
---	---

	Vamos aprofundar conhecimentos: acesse < http://www.interface.org.br/revista4/livro1.pdf > e conheça mais sobre ciência com Edgar Morin.
---	--

Entender que seu relatório é um documento científico, contextualizado, fundamentado teórico-metodologicamente e que reflete o processo de trabalho desenvolvido na escola é o primeiro passo para a sua elaboração. Vamos exercitar o pensamento. Vocês devem pensar como cientistas, produtores de conhecimentos. O seu relatório será socializado e deve refletir o significado do estágio para vocês. O relatório é a expressão final de uma rede de relações, saberes e experiência. Como sabemos, há várias maneiras de se estruturar um relatório, portanto, acreditamos que ele pode ser considerado uma descrição do que aconteceu durante o estágio. Nesses termos, é importante verificar os registros de tudo o que foi ocorrendo, sem se esquecer de anotar as questões que podem ser relevantes na redação final.

O corpo do relatório final deverá conter informações relativas aos estágios de observação, participação e regência, assim distribuídas:

- Observação: caracterização da escola campo de estágio (segundo a ficha de registro da observação). Deve conter descrição detalhada da escola, como espaço físico, materiais didático-pedagógicos disponíveis, projeto político-pedagógico, número de profissionais e suas habilitações, número de alunos atendidos;
- Desenvolvimento: relato descritivo das observações realizadas; conclusões: aspectos a serem considerados pelo(a) estagiário(a).





- **Participação:** descrição detalhada das atividades das quais o(a) estagiário(a) participou em conjunto com os(as) profissionais da escola; conclusões: aspectos a serem considerados pelo(a) estagiário(a);

- **Regência:** descrição detalhada das atividades de regência desenvolvidas pelo(a) estagiário(a), em que consta plano ou projeto de ação pedagógica; conclusões: aspectos a serem considerados pelo(a) estagiário(a).

Após a primeira etapa descritiva, inicia-se uma etapa que será a alma do seu relatório: a análise crítico-reflexiva de todo o processo, com base em um referencial teórico apropriado. A estrutura do relatório resultará num texto dividido em capítulos, que se articulam e dão forma ao trabalho final.

Na redação do texto final, vocês deverão observar os seguintes critérios: objetividade, clareza, precisão, consistência, linguagem impessoal e técnico-científica.

Lembrem-se: um relatório acadêmico científico não é um diário pessoal.

Bagno (2002, p. 31-32), ao refletir sobre o relatório como produto final, comenta:

Como, no nosso caso, o produto final desejado é um texto, precisamos saber o que fazer com ele. Ninguém escreve para ser lido por uma única pessoa – só se for uma carta íntima ou um código secreto. Um texto é um instrumento poderoso de intervenção na sociedade.(...) quem escreve deve estar consciente desta responsabilidade.



Reúna seus trabalhos, realizados nos Estágios I a VI, e inicie um rascunho de suas impressões construídas ao longo do processo. Pesquise na internet sites sobre elaboração de relatórios científicos.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III	
Aula 9	Aula 10	Aula 11	Aula 12



DESAFIOS

1. Vá ao seu Polo e assista ao filme "Ponto de mutação". Faça uma síntese com, no máximo, dois parágrafos das principais ideias que o filme traz sobre ciência. Aproveite! O filme discute ciência, natureza e política, numa visão sistêmica e interligada. Baseado no livro de Fritjof Capra, é uma boa oportunidade de se refletir acerca dos desafios e das dificuldades que enfrentamos na sociedade atual. Poste a sua síntese no Moodle.
2. A partir da ficha de registro da sua visita à instituição de educação infantil, campo de estágio, escreva um texto de, no mínimo, duas laudas para iniciar seu relatório de estágio. Poste a sua produção no Moodle.



AULA 10: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

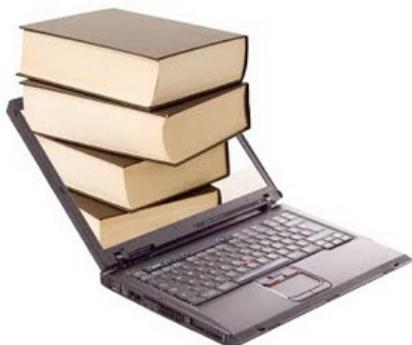


Imagem 12

Esta aula será uma continuidade da aula anterior e da elaboração do relatório de estágio. Vocês entenderam o que é ciência e aprenderam que o relatório de estágio é um documento acadêmico científico. Relembaram os primeiros passos nos estágios e iniciaram a elaboração com o desafio anterior. Agora, vamos estabelecer os critérios que serão exigidos nesse relatório e compreender as partes que o comporão, bem como sua estrutura. É importante entender que o relatório destina-se a relatar um processo já concluído, portanto, deve ser redigido no tempo verbal do passado (pretérito perfeito), assegurando-se a impessoalidade da redação, sem se referir a qualquer pessoa em particular.

O relatório deve ser construído em duas partes, a primeira das quais, com os seguintes elementos pré-textuais:

Capa.....	(obrigatória)
Folha de rosto.....	(obrigatória)
Dedicatória.....	(opcional)
Agradecimentos.....	(opcional)
Epígrafe.....	(opcional)
Sumário.....	(obrigatória)
Lista de ilustrações, abreviaturas e silgas, símbolos.....	(opcional)

Os elementos pré-textuais objetivam a identificação do trabalho e a explicação da sua estrutura e organização. Não há consenso quanto a esses elementos, e os autores os classificam e elencam de forma diferenciada. É

Imagem 12: <http://updatefreud.blogspot.com/2010_05_01_archive.html>.



importante destacar, entretanto, que o relatório deve observar e atender às normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

1. A capa deve conter os dados de identificação de um trabalho técnico-científico, como: nome da instituição; título; subtítulo (se houver); local; data.
2. A folha de rosto é a principal fonte de identificação do relatório, em que deve conter as seguintes informações: cabeçalho, com a identificação da instituição em que o(a) aprendente estuda, nome do curso, título; subtítulo (se houver); natureza do trabalho (no nosso caso, relatório de estágio); nome completo do(a) aprendente, local e data da conclusão do trabalho.
3. Dedicatória, onde se dedica seu trabalho a alguém especial.
4. Agradecimentos: são registrados agradecimentos àqueles que deram alguma contribuição para a elaboração do trabalho.
5. O sumário consiste na descrição detalhada dos capítulos e das seções do trabalho, na ordem em que aparecem no relatório; é a apresentação formal da estrutura desse relatório.



Para saber mais sobre normatização de trabalhos científicos, acesse: <<http://www.abnt.org.br>>.

Na segunda parte do relatório, temos os elementos textuais:

1. **INTRODUÇÃO (sem citações)**

O que é o trabalho;

Qual é o objetivo, ou objetivos;

O que está contido no Relatório – redigir um parágrafo para cada parte;

Quais eram as suas expectativas ao iniciar o estágio.

2. **DESENVOLVIMENTO**

Capítulos que vão compor o relatório, neste caso:

Capítulo I - Caracterização da escola campo de estágio;

Capítulo II - Descrição das atividades realizadas nos estágios I a VI –



Observação, participação, regência;

Capítulo III - Fundamentos teóricos e reflexão crítica sobre o Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil.

3. CONCLUSÕES

Conclusões pessoais sobre o estágio, aspectos positivos, negativos;

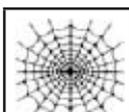
Sugestões: essa é uma parte muito importante do relatório. Demonstra com clareza os resultados que o(a) aprendente obteve com seu estágio, como se posicionou perante ele e os aspectos que fortaleceram sua formação e sua experiência com a educação infantil.

Por fim, temos os elementos pós-textuais:

Referências..... (obrigatórias)

Anexos..... (opcionais)

As referências devem conter a bibliografia consultada e utilizada para a elaboração do relatório. Apresentar a bibliografia citada é obrigatório, pois todo o trabalho científico é fundamentado em uma pesquisa bibliográfica. Todas as publicações utilizadas no decorrer do texto deverão estar listadas de acordo com as normas da ABNT (2002).



Para saber mais sobre esse assunto, você poderá estudar o Trilhas do Aprendente do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso. Volume 8.

Vamos organizar o nosso trabalho a partir de agora. Para elaborar seu relatório a partir das etapas acima, é importante estudar os aspectos relacionados à prática docente da educação infantil e os eixos que orientam essa prática. Esse estudo vai fundamentar o relatório de vocês.

E vamos iniciar essa reflexão considerando o perfil do egresso esperado pelo formando do Curso de Pedagogia na modalidade a distância da Universidade Federal da Paraíba, segundo o projeto Político-pedagógico do Curso disponível em: <<http://portal.virtual.ufpb.br/wordpress/cursos/licenciatura-Pedagogia/>>.



“O egresso desse curso, ainda, deverá ter um perfil que o capacite a:

- Ter uma visão consistente do processo educativo na primeira etapa da educação
 - Básica, em suas múltiplas interrelações pedagógicas, históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais;
 - Desenvolver autonomia pessoal e intelectual nos educandos, de forma a permitir-lhes relacionar-se com o mundo do conhecimento e com os demais atores que integram o contexto educacional e conduzir, assim, sua própria caminhada;
 - Compreender a natureza das relações e inter-relações sociais, econômicas, políticas e culturais na constituição da realidade da educação infantil brasileira e regional, bem como a importância do processo de atendimento à criança pequena;
 - Compreender o processo de desenvolvimento da criança, na construção de suas relações com o mundo e com os outros, em seus aspectos cognitivo, biológico, físico, motor, social, afetivo e moral;
 - Conhecer criticamente os conteúdos específicos que integram as diferentes ciências do currículo da educação infantil;
 - Desenvolver postura investigativa que o leve a problematizar a realidade e o seu entorno e compreender sua prática profissional em toda a sua complexidade;
 - Desenvolver, no âmbito do projeto pedagógico de sua instituição, a capacidade de organização curricular para subsidiar, de forma integral, a criança em seu processo de construção dos conhecimentos históricos, no campo da Linguagem, da Matemática, das Ciências Sociais e Naturais;
 - Criar espaços de aprendizagem coletiva, incentivando o diálogo, a troca de ideias e trabalho colaborativo;
 - Habilitar-se para a preparação e o desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais relativos à sua prática e avaliação da qualidade do material disponível no mercado, além de ser preparado para atuar como pesquisador na área de educação infantil;
 - Desenvolver a competência técnico-política para propor soluções para os problemas do cotidiano, face às realidades diversificadas, de modo a produzir um conhecimento contextualizado e aplicado ao cotidiano dos alunos”.



A reflexão inicial será a partir do que se espera do profissional formado por esse Curso, conforme listado acima, e como o percurso do estágio propiciou essa formação do(a) futuro(a) docente, ou seja, um docente, para a educação infantil, que assuma a postura crítico-reflexiva, questionadora e criativa.

Visando a elaborar os referenciais teóricos do relatório, vamos partir da leitura, da análise e da interpretação de textos que sintetizem esse percurso.

É importante buscarmos na história o modo como a docência da educação infantil foi sendo constituída nos contextos das instituições destinadas a educar as crianças de 0 a 6 anos, no Brasil, a partir das indicações das Leis de Diretrizes e Bases (Lei 4.024/61 e Lei 5.692/71). Recorremos aos historiadores e pesquisadores que realizaram trabalhos sobre a educação infantil, suas instituições e seus profissionais, como Kuhlmann Jr (2001), Kishimoto (1999), Luz (2010), dentre outros, no período de vigências dessas leis. Os trabalhos desses pesquisadores possibilitaram conhecer as várias denominações, funções e os tipos de formação proporcionados aos adultos que educam crianças de 0 a 6 anos no decorrer da história educacional.

Mediante estudos teóricos e de documentos elaborados no âmbito do MEC, especialmente do fim da década de 80 a meados da década de 90 do Século XX, foi possível perceber os movimentos, os debates e as proposições para a elaboração de políticas públicas para a educação infantil. O maior ganho que se obteve foi a sua inclusão no contexto da educação básica e a denominação de seus profissionais como docentes, pela LDB 9.394/96.

Destacar os conteúdos/palavras dos documentos oficiais que tratam da formação dos professores da educação infantil se faz necessário – para entender como eles abordam a especificidade da docência na educação infantil, ou seja, como suas palavras expressam a construção cotidiana desse profissional, dos pesquisadores da área e os pensamentos dos envolvidos diretamente na sua elaboração. Permite também refletirmos sobre o que essas palavras podem “fazer” ou influir no fazer dos professores da educação infantil.

Há que se considerar que articular não significa subjugar, como vem ocorrendo, pois, segundo Oliveira-Formosinho (2002a, p. 44), a docência na educação infantil apresenta aspectos similares e também diferenciadores da docência dos demais níveis de ensino, e “esses aspectos diferenciadores configuram uma profissionalidade específica do trabalho das educadoras de infância”.

Consideramos que o reconhecimento dos profissionais da educação infantil como professores somente poderá ser considerado uma conquista,

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11
		Aula 12

se no estabelecimento dessa for levado em conta o que caracteriza a sua especificidade. A seguir, procuraremos examinar quais funções e atribuições foram delegadas aos professores da educação infantil ao longo dos documentos analisados.

Rocha (1999, p. 232) defende que, para não incorrer novamente no risco da escolarização da educação infantil, é necessário que se marquem as especificidades dessa etapa da educação básica, estendendo-a à atuação de seus profissionais. Nesse caso, pode-se dizer que a especificidade da educação infantil e sua docência é um campo em construção. Há que se considerar, como já abordamos nos capítulos anteriores, que vem se constituindo de forma específica. Se, por um lado, sabe-se que não se trata de uma adaptação do modelo do ensino fundamental, por outro, concebe-se que as creches e as pré-escolas ou demais instituições que atuam na educação e no cuidado das crianças de 0 a 6 anos "só poderão ser transformadas dentro de um processo de crítica e construção permanente que lhes reconheça seu caráter educativo" (CAMPOS, 2002, XXI).

Mesmo que a inclusão da educação infantil, no âmbito da educação básica, tenha gerado orientações curriculares para as crianças e para a formação de seus professores, sob a lógica do ensino fundamental, é dentro do campo educacional que deve acontecer a luta pelo reconhecimento da especificidade da educação da criança de 0 a 6 anos e do exercício da docência nessa fase da vida. Nesse sentido, é fundamental que se continuem os estudos com a finalidade de melhor explicitar a especificidade da educação da criança de 0 a 6 anos e da atuação docente na primeira etapa da educação básica.

Segundo Campos (2002, XXI), especialmente em relação à formação dos professores da educação infantil, "só se chegará ao reconhecimento da especificidade de sua docência através da participação dos debates no âmbito da educação, trazendo a visão da área e quebrando assim seu isolamento, em especial, dos encaminhamentos da formação de seus profissionais."



Para aprofundar estudos, acesse os sites: <<http://www.mec.gov.br>> e <<http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/6.pdf>>.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11
		Aula 12



DESAFIO

Destaque os quatro aspectos da função docente na educação infantil e faça uma análise de cada um deles. Poste seu texto no Moodle.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11
		Aula 12

AULA 11: NORMAS GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA



Imagem 13

Nesta aula, trataremos das normas técnicas para organizar o trabalho desenvolvido até esse momento e finalizar a elaboração do relatório de estágio. Partindo destas questões: Como realizei meus estágios, o que aprendi sobre a educação infantil e a docência na educação infantil e sobre elaboração de relatório, vamos iniciar nossa sistematização.

Seguindo o passo a passo indicado na aula anterior, iniciaremos agora a sistematização dos conhecimentos adquiridos e das experiências vivenciadas durante os estágios de I a VI para a finalização do relatório.

Seguiremos os seguintes passos: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais.

Em primeiro lugar, observe a forma da escrita: seu relatório deve ser escrito atendendo às seguintes normas técnicas:

- Fonte Times New Roman ou Arial;
- Tamanho 12;
- Espaçamento 1,5, entre linhas, e 6, entre parágrafos;
- Papel no formato A4 branco;
- Margens:

Imagem 13: <http://professorpaulomachado.blogspot.com/2009_06_01_archive.html>.



Superior: 3,0 cm
 Inferior: 2,0 cm
 Esquerda: 2,5 cm
 Direita: 2,0 cm

- As páginas devem ter a numeração no canto superior direito, em algarismos arábicos. Somente devem ser numeradas as dos elementos textuais.
- A impressão deve ser em apenas um dos lados do papel.

A redação do seu relatório é muito importante, por isso procure escrevê-lo de forma clara e com uma linguagem científica, de forma impessoal, escrita na terceira pessoa do singular. Após o término do trabalho, é importante que seja feita uma revisão linguística, visto que o texto deve estar dentro da norma culta da língua estabelecida pela gramática.

Outro aspecto sobremaneira importante, que se deve considerar, são as normas para citações e referências bibliográficas.

É comum se empregarem no corpo do texto citações de outras obras ou autores que tratam do assunto discutido no relatório. As citações são cópias de informações contidas nessas obras, que devem ser transcritas tal como os autores as utilizaram. São importantes para embasar teoricamente o seu relatório. Elas podem ser diretas, quando há uma transposição *ipsis litteris*, isto é, feitas de forma literal, ou indiretas. Nesse último caso, o nome do autor integra o corpo do texto, mas o autor do relatório se utiliza das ideias dele com suas próprias palavras ou das palavras do autor, porém de forma sintetizada. No caso das citações indiretas, o nome do autor deve vir em letras minúsculas, seguido do ano da publicação entre parênteses, no meio do texto (ou parágrafo), ou pode vir ao final do parágrafo, em letras maiúsculas, com o nome e a data de publicação. Tanto as citações diretas quanto as indiretas podem ser apresentadas também em notas de rodapé.

Todas as citações devem ser aspeadas e referenciadas. Elas também podem se referir a mais de um autor. Nesse caso, deve-se proceder da seguinte forma:

- Citação do trabalho de dois autores: utilizam-se os sobrenomes dos dois autores, separados por **&** ou **e**, e seguidos pelo ano de publicação. Exemplo: Machado & Macedo (2010) ou: Machado e Macedo (2010).

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11
		Aula 12

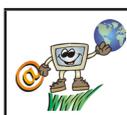
- Citação de trabalho de mais de dois autores: a citação será do sobrenome do primeiro autor, seguida de *et al.* Exemplo: Machado *et al.* (2010)

- Citação de documentos legais de órgãos dos Governos federal, estadual ou municipal, como Leis, Planos, Projetos etc.: inicia-se pelo nome da localidade que expediu o documento, seguido do ano de publicação. Exemplo: Brasil, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996.

- Citação de citação: esse tipo de citação não é recomendado como usual, uma vez que, no trabalho científico, o ideal é que o autor tenha acesso às obras originais que interessam ao seu trabalho. Porém, se for necessária e se houver indisponibilidade a esse acesso, pode-se utilizar a citação de citação da seguinte forma: direta ou indiretamente, com a utilização do termo *apud*, que significa citado por. Exemplo: se você utilizar uma referência que Machado fez de Escarião, em um livro de sua autoria, proceda assim: Escarião, *apud*, Machado, seguido do ano de publicação do livro que você está consultando.

ATENÇÃO: As citações que tiverem mais de três linhas devem ser digitadas numa fonte de tamanho menor que a utilizada no texto (tamanho 11), com recuo de 4 cm na margem esquerda e espaço simples entre as linhas e sem aspas. As citações de menos de três linhas podem vir no mesmo parágrafo, no corpo do texto, na mesma fonte, entre aspas duplas e sem recuo.

Após a finalização do relatório, é obrigatória a listagem das referências bibliográficas. Deverão ser listadas todas as obras consultadas e/ou utilizadas, como livros, revistas, artigos, filmes, sites consultados etc., obedecendo-se às normas da ABNT, segundo a NBR 6023.



Consulte novamente o site da ABNT: <<http://www.abnt.org.br>> e verifique agora a NBR 6023.

- Nas referências de trabalhos completos como livros, dissertações, teses, enciclopédia, dicionário e/ou outro trabalho utilizado em seu todo, deve constar o sobrenome do autor em letras maiúsculas, seguida do nome e ponto. Depois, cita-se o nome do livro destacado em negrito ou itálico, ponto, local de publicação, dois pontos, nome da editora, vírgula, ano da publicação.

Exemplo:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.



- Referências de partes de uma publicação como artigos e/ou capítulos, ou partes de uma obra: inicia-se pelo sobrenome do autor do artigo e/ou capítulo do livro ou revista, seguido do nome do artigo e/ou capítulo com a expressão *In*: nome do livro e/ou revista destacado em negrito ou itálico, ponto, local de publicação, dois pontos, nome da editora, vírgula, ano da publicação.

Exemplo:

HIRATA, Helena. "**Da polarização das qualificações ao modelo da competência**". *In*: FERRETI, Celso J. *et al.* (org.) Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

- Referências de periódicos: sobrenome do autor (em maiúsculo), seguido do nome, ponto. Título do artigo, seguido do nome da publicação (revista etc.), local, número do volume, número de páginas e data da publicação.

Exemplo:

KRAMER, Sônia. **Propostas pedagógicas ou curriculares de educação infantil**: para retomar o debate. Revista Pro-posições, Faculdade de Educação da UNICAMP, v. 13, n. 2 (38), maio 2002, p. 65-82.

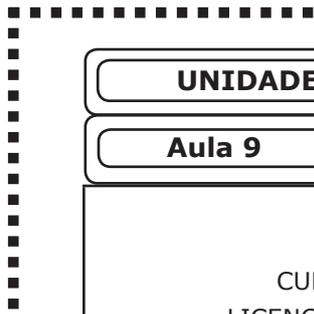
- Referências de publicações feitas por meios eletrônicos: seguem-se as normas acima, seguidas de: disponível em: (endereço eletrônico completo), acessado em: data de acesso ao material.

Exemplo:

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Cidadania e formação técnico-profissional** – desafios neste fim de Século. Disponível em: <[http://www.paginadaeducaçao.pt/artigo\(a\)cervo.html](http://www.paginadaeducaçao.pt/artigo(a)cervo.html)>. Acesso em: 10/08/2008.

Veja, a seguir, um modelo de apresentação gráfica para o seu relatório:

CAPA:



UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III	
Aula 9	Aula 10	Aula 11	Aula 12

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA
LICENCIATURA PLENA - HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL VII
NOME COMPLETO DO(A) APRENDENTE

LOCAL
DATA

FOLHA DE ROSTO:

NOME COMPLETO DO(A) APRENDENTE

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL VII

Trabalho apresentado ao componente curricular Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil VII, do Curso de Pedagogia na modalidade a distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (CE/UFPB), para avaliação, como requisito parcial para a conclusão do curso.

LOCAL
DATA



UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11



DESAFIO

Faça uma revisão no seu relatório e verifique se você obedeceu às normas técnicas de elaboração. Poste no Moodle a lista de referências que empregou para produzi-lo.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11
		Aula 12

AULA 12: FINALIZANDO O RELATÓRIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO



Imagem 14

Prezados(as) aprendentes, agora vocês já sabem como elaborar o relatório de estágio e chegou o momento de finalizá-lo. Para isso, sigam todas as etapas já aprendidas, sem perder de vista as concepções que embasam um trabalho acadêmico-científico e as ações do docente da educação infantil.

	<p>Relembrando: O relatório de estágio é um documento técnico-científico e, portanto, original, crítico e reflexivo, por meio do qual será realizada a socialização das informações obtidas no estágio e feito um registro detalhado das ações do(a) estagiário(a) em todas as suas etapas.</p>
--	--

Após o estudo sobre os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais que vão compor o relatório, vamos, agora, redigi-lo.

	<p>O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) oferece mais informações sobre esse conteúdo. Vamos trabalhar integrados, revisando TCC, que também integra este volume 8 do Trilhas do Aprendiz. A elaboração do relatório de Estágio Supervisionado será etapa importante para a produção do seu TCC.</p>
--	---

Ao final deste marco, o(a) estagiário(a) deverá entregar ao(a) professor(a) um relatório de estágio com os itens já estudados. Agora, mãos à obra! A realização dessa atividade será bastante surpreendente e desafiadora. Basta seguir o que foi proposto até agora e sistematizar suas ideias.

Imagem 14: <<http://viamulher.com.br>>.

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11
		Aula 12



Vocês devem rever a aula em que tratamos dos itens que compõem o relatório.

Visualize:

Elementos pré-textuais	Elementos textuais	Elementos pós-textuais
Capa	Introdução Desenvolvimento Conclusões	Referências bibliográficas Anexos
Folha de rosto		
Dedicatória		
Agradecimentos		
Epígrafe		
Sumário		
Listas de ilustrações, abreviaturas e siglas, símbolos		



MÃOS À OBRA! Agora vocês podem elaborar seu relatório. UTILIZEM TEXTOS, LIVROS E TODO O MATERIAL ESTUDADO PARA A SUA FUNDAMENTAÇÃO.

PARA REFLETIR:

A finalização do relatório de estágio é o momento de síntese dos seus estudos, das suas experiências, da sua interação com o cotidiano da instituição de educação infantil. Além disso, é um registro que servirá como referência para sua vida profissional futura.

O relatório é, também, um documento que deve ser socializado com a instituição campo de estágio, visando a um retorno e ao compromisso do(a) estagiário(a) com aqueles que fizeram parte da sua formação: os sujeitos da educação infantil.



De posse de todas as informações obtidas até aqui, vocês devem partir de algumas etapas. Para começar, organizem o material disponível: ficha de observação da escola, relatórios parciais de outras etapas do estágio, planos de aula ou projetos elaborados. Redijam o relatório com nitidez, estrutura clara e ortográfica compatível com esse tipo de documento, obedecendo a todas as análises e, por fim, façam uma revisão. Se vocês não têm segurança em relação à redação, é sugerido que procurem o trabalho de um revisor profissional.

Prestem atenção à linguagem a ser utilizada: os termos devem ser técnicos, com expressões formais.

O relatório de atividades deve em primeiro lugar, retratar o que foi realmente realizado no experimento, sendo de fundamental importância a apresentação de um documento bem ordenado e de fácil manuseio. Além disso, deve ser o mais sucinto possível e descrever as atividades experimentais realizadas, a base teórica dessas atividades, os resultados obtidos e sua discussão, além da citação da bibliografia consultada. O relatório deve ser redigido de uma forma clara, precisa e lógica. Redija sempre de forma impessoal, utilizando-se a voz passiva no tempo passado. Ex. a massa das amostras sólidas foi determinada utilizando-se uma balança. Devem ser evitados expressões informais ou termos que não sejam estritamente técnicos (não utilize em hipótese alguma adjetivo possessivo, como por exemplo, minha reação, meu banho, meu qualquer coisa). É bastante recomendável, efetuar uma revisão do relatório para retirar termos redundantes, clarificar pontos obscuros e retificar erros no original. Uma atenção especial deve ser dada aos termos técnicos, resultados, fórmulas e expressões matemáticas. As ilustrações (tabelas, fórmulas, gráficos) deverão vir na sequência mais adequada ao entendimento do texto e seus títulos e legendas devem constar imediatamente abaixo. (RIBELA, 2010, p. 2)

Para elaborar seu relatório de estágio, lembrem-se também das especificidades e potencialidades das TICs, aliadas do seu aprendizado e da sua formação no curso a distância.

Na agenda do Século XXI, o professor deve colocar as tecnologias como aliadas para facilitar o seu trabalho docente. Deve-se usá-las no sentido cultural, científico e tecnológico, de modo que os alunos adquiram condições

UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III
Aula 9	Aula 10	Aula 11
		Aula 12

para enfrentar os problemas e buscar soluções para viver no mundo contemporâneo. Ao professor cabe o processo de decisão e condução do aprendizado. De acordo com Gadotti, o professor deve ser um aprendiz permanente e um organizador da aprendizagem. Esclarecemos que um ambiente de aprendizagem não pode se transformar em mero transmissor de informações, mas, na efetivação da comunicação e construção colaborativa do conhecimento (HAMZE, 2009, p. 1).

Assim, usem as TICs para pesquisar, fundamentar e sistematizar seu relatório. Mas não se esqueçam também de usar a biblioteca. No seu Polo Municipal de Apoio Presencial, vocês terão acesso a livros que vão lhes permitir um maior aprofundamento teórico necessário para a realização do seu relatório de estágio.

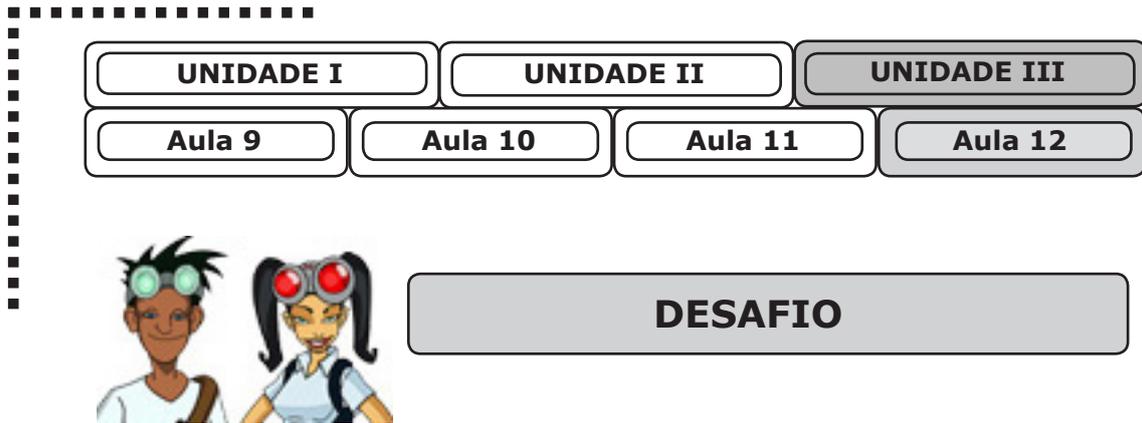
	VAMOS REFLETIR ?
	1 - O que significou o estágio supervisionado na minha formação profissional?
	2 - Como entendo agora a instituição de educação infantil?
	3 - Em que perspectiva consigo conceber os docentes da educação infantil?
	4 - Como percebo a prática pedagógica na educação infantil?



Imagem 15

As questões acima sugeridas nortearão suas reflexões sobre o estágio. Pensem, sigam as orientações e boa sorte!

Imagem 15: <<http://www.grandesmensagens.com.br>>.



De posse de todas as informações, finalize o seu relatório de estágio e poste-o no Moodle.